



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO

**DRIBLAR E APRENDER A JOGAR:
AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES CHEFES
DE FAMÍLIA DE CLASSES POPULARES**

Salvador

2011

MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO

**DRIBLAR E APRENDER A JOGAR:
AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES CHEFES
DE FAMÍLIA DE CLASSES POPULARES**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Doutora Márcia Santana Tavares

**Salvador
2011**

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

F815 Franco, Maria Asenate Conceição.
Driblar e aprender a jogar: as estratégias de sobrevivência de
mulheres chefes de família de classes populares / Maria Asenate
Conceição Franco. – Salvador, 2011.
105 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Doutora Márcia Santana Tavares.

1. Mulher - Chefe de Família 2. Mulher - Estratégias de
Sobrevivência 3. Mulher - Experiência de vida 4. Comunidade - Estiva
de Buris - Abrantes - Camaçari (BA) I. Título.

CDU396:316.356.2(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO

DRIBLAR E APRENDER A JOGAR: AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DE CLASSES POPULARES

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 29 de abril de 2011.

Banca Examinadora:

Professora Doutora Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Professora Doutora Márcia dos Santos Macêdo

Professora Doutora Márcia Santana Tavares

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, sozinhas, comandam seus domicílios, em especial às mulheres que fizeram parte desta pesquisa, as quais, na ânsia de serem ouvidas, abriram as “portas e janelas” de suas vidas e, ao contarem sua trajetória enquanto mulheres, mães e “chefas de família”, deixaram rolar lágrimas; entretanto o sorriso também esteve presente, o que demonstrava a perseverança em continuar driblando e aprendendo a jogar o jogo da vida na luta pela sobrevivência, utilizando a diversidade de estratégias que estão ao seu alcance e, muitas vezes, criando-as para proteger os seus filhos da falta de alimento, quando, muitas vezes, a opção por comprar a comida (“cesta básica”) superava a compra de uma sandália, ou mesmo ampliar suas casas para oferecer certo conforto aos filhos.

A vocês, mulheres, dedico esta minha dissertação.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me possibilitou acreditar que sou capaz de realizar aquilo em que acredito, pois, driblando as mais diversas dificuldades e obstáculos, consegui concluir o meu curso de mestrado.

Aos mestres, que um dia passaram na minha vida acadêmica, em especial à professora Ângela Borges, que me acompanha desde a minha graduação em Serviço Social; à professora Inaiá, que sempre me incentivou com suas palavras, quando dizia que eu tinha melhorado no decorrer do mestrado; à professora Márcia Macêdo, que não foi uma das minhas mestras, mas, através de suas palavras e observações durante a minha qualificação, e a partir de seus trabalhos acadêmicos, sem contar os textos que me enviou para melhor reflexão do tema que pesquisei, o meu muito obrigada e a minha gratidão pela dedicação e carinho que dispensou a mim: saiba que a considero como minha professora, pois me ensinou muita coisa na condição de pesquisadora e profissional. Jamais poderia deixar de lembrar e agradecer à senhora (sempre gostei de chamá-la de “senhora”, questão de respeito), minha professora Márcia Santana Tavares, pessoa dedicada e comprometida com o seu trabalho. Sou grata à senhora pela paciência, principalmente pelos vários textos que escrevia e lhe enviava pensando em acertar no foco do meu objeto de pesquisa, e a senhora, com toda paciência, sempre disposta a me fazer começar e recomeçar na luta constante de escrever aquilo que, na maioria das vezes, conseguia expressar verbalmente melhor que quando me dispunha a escrever.

Aos colegas de turma, que me ajudaram a vencer barreiras, de modo especial a Cléa, Bete, Alessandra, Fernando Lins, Cláudio, Mário. Obrigada por acreditarem em mim. Valeu!

Às minhas filhas Aydil e Lays, por terem me aturado durante o período da pesquisa, ouvindo-me falar do objeto de estudo, familiarizando-se com os autores da temática e, principalmente, pelo apoio logístico na digitação, formatação e, principalmente, auxílio no comando das ferramentas do computador. Valeu, filhas, eu venci!

Agradeço à minha mãe, pela preocupação, a qual, mesmo não entendendo o porquê de minhas idas ao campo de estudo, temia pela minha segurança, pois tinha receio devido à fama de a Estivas ser um lugar violento, e nem sempre aceitava o

fato de eu ter que deixar de ficar em sua companhia, principalmente aos sábados e domingos, para desenvolver minha pesquisa.

A Ana Meireles e Eliete, responsáveis pela Creche Esperança da Estivas, por terem me possibilitado construir este trabalho, cedendo o espaço físico, e, ainda, pela confiança em mim enquanto profissional.

Enfim, agradeço a todos que, direta e indiretamente, me ajudaram a subir mais um degrau na minha profissão.

*“Você não sabe quanto eu caminhei pra
chegar até aqui.”
Cidade Negra*

RESUMO

Neste trabalho me proponho a analisar as estratégias de sobrevivência utilizadas por mulheres de classes populares que chefiam seus domicílios. A pesquisa de campo sobre este fenômeno – que na contemporaneidade está bem discutido, principalmente por ter invadido as camadas médias da sociedade – foi desenvolvida numa comunidade localizada em Abrantes, distrito de Camaçari-Ba, denominada Estivas de Buris. Trata-se de uma comunidade pobre, com um número expressivo de mulheres chefes de família inseridas nas suas diversas ruas. No tocante ao recorte social dado ao tema aqui discutido, apesar de possuir várias faces para o debate, procurei, de modo especial, pautar-me nos aspectos socioeconômicos, com destaque para as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas mulheres entrevistadas diante da responsabilidade de prover e cuidar de sua família – constituída por elas e os filhos. Através de observação e do roteiro da entrevista semiestruturada, pude obter dados para discorrer sobre a temática proposta. Para tanto, selecionei 10 famílias tendo a mulher como a única provedora, com filhos dependentes, na sua maioria menores de idade, o que dá visibilidade ao esforço e sobrecarga destas mulheres para driblarem as diversas dificuldades inerentes a este tipo de arranjo familiar. Os aspectos da vida destas mulheres na sua trajetória familiar tiveram destaque durante a pesquisa, foram histórias de vida sofridas, uniões sucessivas que desencadearam o fenômeno aqui pesquisado. A análise desta pesquisa demonstra que muito embora o fato de ser chefe de família possa, aparentemente, levar a um entendimento de que essas famílias são homogêneas, as histórias construídas por cada mulher entrevistada na trajetória de vida revelam heterogeneidade, isto é, a diversidade encontrada se manifesta em meio às histórias relatadas por cada uma delas. Vale salientar que, além das histórias tristes e sofridas, das formas como tais mulheres driblam e aprendem a jogar na construção de suas estratégias de sobrevivência, elas não se limitam a deveres, mas sim vivem o direito a ter lazer, cuidarem de si mesmas e, a despeito das muitas adversidades, não desistem de sonhar com dias melhores.

Palavras-chaves: Mulheres chefes de família. Estratégias de sobrevivência. Experiência de vida.

ABSTRACT

In this research survival strategies by poor women that are the head of households are analyzed. Currently this phenomenon is being heavily discussed by society, in particular due to becoming commonplace at societies' upper classes. Field research was conducted at a local community located in Abrantes, Camaçari, called Estivas do Buri. It is a poor community with a large number of households headed by women. Despite the fact that there are a myriad of facets that can be analyzed, the research focused on social-economic factors, in particular the survival strategies used by interviewed women faced with the responsibility to care for her and her family. Through observation and a semi-structured interview script, data was obtained to study the subject. A total of 10 families were selected, all with women being the sole provider and with underage children, which clearly depicts the effort and overload these women face in order to provide for their family. Each woman's life history was analyzed, stories of suffering, successive unions that in one way or another led to their current situation. This research shows that despite the fact that their reality may seem homogeneous, the reality is the opposite; each woman's history is different. It should be noted that, beyond the sad and suffered histories and the way they "dribble" and learn to play out their survival strategies, they do not limit themselves to just provide for their families, they also believe in their rights to leisure, taking care of themselves, and despite the innumerable adversities, they do not give up dreaming with better days ahead.

Keywords: Women head of households. Survival strategies. Life experiences.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos e os Bairros – Bahia.....	53
Tabela 2 – Famílias residentes em domicílios particulares por sexo da pessoa responsável pela família.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	21
1.1 (RE) CONCEITUAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA	21
1.2 A FAMÍLIA NO BRASIL: ONTEM E HOJE	26
1.3 FAMÍLIA. CHEFIA FAMILIAR FEMININA, "FAMÍLIAS" E POBREZA: ALGUMAS INQUIETAÇÕES	31
1.4 FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO	38
1.5 POLÍTICAS SOCIAIS E MATRICIALIDADE FAMILIAR: IMPLICAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES	40
CAPÍTULO II – OS CAMINHOS DA PESQUISA	46
2.1 A CIDADE DE CAMAÇARI: UM BREVE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO – 2000 A 2005	46
2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS	47
2.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	48
2.4 POPULAÇÃO	49
2.5 HABITAÇÃO	50
2.6 ESTIVAS DE BURIS: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA	53
2.7 MÃO DE OBRA DOS RESIDENTES DA ESTIVAS	58
2.8 OCIOSIDADE DOS JOVENS	58
2.9 AJUSTANDO O FOCO NA CATEGORIA CHEFIA FAMILIAR FEMININA EM ESTIVAS: OS NÚMEROS	61
2.10 HABITAÇÃO	62
2.11 TRABALHO	63
2.12 BOLSA FAMÍLIA – ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA	66
CAPÍTULO III – PERCORRENDO SUAS EXPERIÊNCIAS	68
3.1 ANTES SÓ DO QUE MAL ACOMPANHADA	75
3.2 SENTIMENTOS SOBRE A CHEFIA DO DOMICÍLIO	81
3.3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Duas razões relevantes me levaram a cursar o Mestrado: em primeiro lugar, o incentivo do meu grande amigo, o inesquecível sociólogo Gey Espinheira. Nos diversos contatos que tivemos, ele, na condição de palestrante em eventos nos quais estive presente, como professor, a quem devo a minha inserção como aluna especial do Mestrado de Sociologia da UFBA, na disciplina Juventude, Sociabilidade e Violência, em 2002. Em segundo lugar, a aceitação do meu artigo, em 2008 (na época não contava com o acervo de bibliografias sobre o tema), para a XIX Conferência Mundial, realizada em Salvador-Ba, que foi aprovado para apresentação oral e, neste mesmo ano, estive com Gey, que desenhou um esboço do projeto que poderia apresentar no Mestrado da UFBA sobre os trabalhadores informais da feira de Camaçari. Na ocasião, fiz uma pesquisa breve sobre a temática e o professor disse que simpatizava com o tema, mas não me inscrevi no Mestrado e, infelizmente, ele veio a falecer no início de 2009.

Assim, cursei duas disciplinas como aluna especial no Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL e decidi me submeter à seleção, já que o mesmo é diretamente ligado ao Serviço Social. O meu projeto de pesquisa teve como temática a questão do trabalho infantil e fui aprovada, mas, após cursar a disciplina Políticas Sociais e Gênero, ministrada pela professora Márcia Tavares, e já com uma pesquisa em andamento sobre chefia familiar de classes populares, resolvi mudar o objeto de estudo e seguir esta trajetória.

Fui, também, influenciada pela minha atuação como assistente social, principalmente na área de benefícios na qual, após uma triagem, eram distribuídas cestas básicas, colchões, óculos, auxílio funeral, enxovais, vale-gás, auxílio aluguel, entre outros, conforme critérios previamente estabelecidos por Decreto Municipal¹.

Cabe destacar que executava políticas sociais desvinculadas de princípios emancipatórios garantidores de direitos dos usuários. Trilhava por um caminho onde

¹ Antes do Decreto 4106/2006 as distribuições funcionavam, mais precisamente, baseadas na questão eleitoral, pois não havia marco legal para respaldar tal ação.

via o problema, entretanto não podia modificá-lo face às restrições político-partidárias com as quais a secretaria em que trabalhava limitava a atuação dos profissionais. Assim, eu era apenas uma executora de ações meramente compensatórias e estava ali para também naturalizar a pobreza, entendê-la enquanto paisagem², isto é, não levar em consideração a historicidade e as influências políticas, econômicas, sociais e culturais que se engendram na conjuntura da sociedade, o que favorece a continuidade de uma desigualdade social cada vez mais acirrada.

Essa forma de implementar ações paliativas denotava a pouca preocupação com os fatores que proporcionavam a condição de pobreza da população e suas precárias condições de vida. De fato, embora se fizessem relatórios das vistas domiciliares realizadas, os mesmos eram meras justificativas para a doação dos benefícios, sem que houvesse a intenção de modificar o quadro de miséria e de violação de direitos ali expostos. Em face dessa problemática, e diante da riqueza do objeto de pesquisa, senti a necessidade de ampliar os meus horizontes enquanto assistente social e iniciar estudos empíricos na condição de pesquisadora.

A decisão pelo recorte de mulheres responsáveis por seus domicílios não foi por acaso, mas pela identificação com a minha própria trajetória de vida, isto é, sou mulher, chefe de domicílio e, apesar de possuir vínculo empregatício formal, assim como outras tantas mulheres, não há como me eximir das atribuições domésticas e responsabilidades relativas à manutenção do grupo familiar e suas diversas despesas. O interessante é que durante a pesquisa empírica pude deixar para trás o preconceito que, involuntariamente, levei para o campo, pois imaginava que a vida sofrida limitasse a dinâmica dessas mulheres à sobrevivência. No entanto pude perceber que o cuidado com o corpo, bem como momentos de diversão e lazer, estão presentes no cotidiano das mesmas.

A pesquisa teve como principal objetivo investigar as estratégias de sobrevivência de mulheres chefes de família pertencentes às classes populares, isto é, de baixa renda, as quais vivem em arranjos familiares que não contam com a presença de um

² Conforme Telles, a pobreza enquanto “paisagem” é aquela que pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada (2001, p. 32).

provável “provedor” do sexo masculino, ou seja, compostos por mãe e filhos, preferencialmente filhos menores de idade. Para tanto, a pesquisa de campo foi desenvolvida através da técnica de observação e coleta de dados a partir da aplicação de entrevista semiestruturada. Um dos meios utilizados por estas mulheres como estratégia para melhorar as condições de vida está diretamente associado à sua rede de parentesco, o que não as inviabiliza de estender a mesma a outros membros externos, como vizinhos, amigos, equipamentos sociais (creche).

Importante registrar que embora a assimetria de gênero permaneça no interior das famílias pesquisadas, em certas situações da dinâmica familiar a ausência da figura masculina adulta pode constituir razão de algumas destas mulheres se sentirem mais valorizadas quando à frente da administração de seus domicílios.

Quanto ao perfil das entrevistadas, estas apresentam faixa etária entre 32 a 45 anos, 60% se consideram pardas, 20% se autorrepresentam como negras e as demais morenas e brancas. Entretanto foi encontrada neste universo uma mulher negra que se autoafirma como morena clara, e o que se pode denotar, nesta negação de sua condição em ser mulher, pobre e negra, é não querer ser mais “uma” discriminada, estigmatizada nesta sociedade tão desigual. O número de filhos varia entre 2 a 10, com idades de 02 a 24 anos. No quesito escolaridade foram encontradas mulheres analfabetas (duas) e as demais com estudos que vão da 2ª até 8ª série do ensino fundamental.

A forma de inserção ou não destas mulheres no mercado de trabalho ou a ausência de vínculos está organizada do seguinte modo: uma está regularmente inserida e possui carteira de trabalho assinada como doméstica; uma é pensionista do marido falecido, uma “manicure”, duas estão completamente fora do mercado formal/informal, isto é, desempregadas, e cinco são diaristas. Nove delas recebem o Bolsa Família.

Enquanto assistente social da prefeitura local costumava realizar visitas domiciliares, entretanto as várias idas à Creche fizeram com que se estreitasse a relação com a

comunidade de Estivas de Buris³, localizada no distrito de Abrantes, município de Camaçari-Ba, desta feita agregando o olhar de pesquisadora, na medida em que tive possibilidade de manter contato com responsáveis por uma das creches localizadas na comunidade e, posteriormente, com mães que têm seus filhos matriculados nesta instituição, as quais compõem o universo desta pesquisa.

A composição da amostra foi feita, inicialmente, por meio de visitas periódicas e levantamento de dados na Creche, isto é, nomes e endereços de mulheres chefes de família, a partir dos quais pude me aproximar das mães e, posteriormente, convocar uma reunião na instituição, ocasião em que expus os objetivos da pesquisa e solicitei a contribuição das mulheres presentes. Entretanto somente tive contato com algumas das mulheres, pois outras selecionadas não compareceram à reunião para que pudéssemos estreitar vínculos e combinar as visitas. Sendo assim, nem todas puderam participar. Então, à medida que as contatava, elas indicavam outras mulheres que poderiam compor a minha amostra e, como tinha interesse por mulheres com filhos menores, fiz a seleção, composta por 10 (dez) mulheres. Encontrei um universo heterogêneo e rico em questões polêmicas que analisarei nesta dissertação. Vale destacar que somente duas do meu universo não têm filhos matriculados na creche.

Os dados foram coletados mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas, além da observação de campo, complementada por fotos, escuta de conversas aleatórias de moradoras daquela comunidade que, indiretamente, contribuíram para enriquecer o meu trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas nas residências das mulheres, ocasião em que pude observar não só o interior dos domicílios como a dinâmica familiar. A entrevista versou sobre os dados pessoais, familiares, renda, a trajetória de vida das mulheres e situações que contribuíram para a formação de desse tipo de arranjo familiar, sua percepção com relação ao acúmulo de papéis e responsabilidades acerca da rede de solidariedade e estratégias de sobrevivência adotadas, entre outros aspectos (conforme roteiro em anexo).

³ Comunidade escolhida para a realização da pesquisa de campo.

É importante sinalizar que a comunidade ora mencionada foi uma das últimas a ser povoada no distrito de Abrantes e tem aproximadamente quinze anos de existência. Sua população é formada por pessoas oriundas das classes populares, não possui infraestrutura, no geral não é dotada de ordenamento nas ruas, a distribuição de água e de energia é precária, também não há transporte de massa, os moradores não têm acesso a direitos básicos, como saúde e educação, e, para satisfazer essas necessidades, deslocam-se para a comunidade mais próxima. Em suma, a comunidade não consegue se perceber na condição de possuidora de direitos de cidadania no tocante à intervenção dos poderes públicos.

A escolha da temática chefia familiar feminina de classes populares deu-se em decorrência de se ter uma política de assistência social, atualmente em vigor, que não consegue dar conta dos arranjos familiares, em especial daqueles cuja chefia é de responsabilidade única das mulheres. O objetivo principal da minha pesquisa é conhecer as diversas estratégias de sobrevivência adotadas por estas mulheres quando da chefia de seus domicílios.

A literatura latino-americana que serviu de acervo bibliográfico discorreu, principalmente, acerca das questões voltadas à família, situando-a no tempo, suas transformações no contexto social, o fenômeno chefia feminina de domicílios nas suas variadas formas de organização, sua vinculação junto às políticas sociais de renda mínima, sempre discutindo o perfil socioeconômico destas, além das características dos domicílios em que se encontra esse tipo de arranjo.

Os principais autores trabalhados nesta pesquisa se debruçaram sobre a temática, geralmente usando o campo empírico para contextualizar suas indagações. Ana Maria Goldani (1993, 1994) traz, na sua discussão, o tema família e suas transformações na sociedade, impactos na instituição familiar oriundos de mudanças econômicas; Cynthia Andersen Sarti (2006; 2007), ao analisar as relações entre homens e mulheres, revela aspectos referentes às características e o valor da família pobre para os seus membros; já as autoras Cláudia Fonseca (2008) e Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) fazem uma retrospectiva a partir de estudos da historiografia social das mulheres do século XVIII, revelando que o fenômeno em estudo já fazia parte do contexto social, e, nesta pesquisa, mostram o perfil dessas

mulheres, quem eram e como sobreviviam em meio a uma sociedade tipicamente patriarcal, com um molde machista entranhado no sistema escravista, e de que modo elas viveram precariamente a sua pobreza.

Eni Samara de Mesquita (1999; 2002), em seus estudos, também traz dados censitários que denunciam as “cabeças de fogo” (chefes de domicílios); Mariza Corrêa (1994), na sua discussão sobre família patriarcal, trouxe para o bojo desta pesquisa contribuições relevantes para desmistificar o modelo ideal de família na sociedade que mascara a presença de outras tipologias, o que mostra, assim, que existem famílias e não família; os trabalhos de Mariza Figueiredo (1980) e de Kátia Queirós Mattoso (1988) trazem dados reflexivos a partir de pesquisa realizada na Bahia, sendo a pesquisa de Figueiredo realizada em Arembepe, no município de Camaçari-Ba.

O trabalho da pesquisadora Carmen Barroso (1978) foi relevante para a análise da situação socioeconômica das mulheres chefes de família. Já na contemporaneidade, Cássia Maria Carloto (2003/2004, 2005) contribui com sua pesquisa sobre o fenômeno e a situação de extrema pobreza; Carla Sabrina Favaro (2010) busca, na sua pesquisa, apresentar dados sobre a organização doméstica e as estratégias familiares de mulheres chefes de domicílio de classe baixa; enquanto Maria Amalia Faller Vitale (2002) discute as famílias monoparentais, associando-as à condição de gênero e pobreza.

Como referência a destacar sobre o fenômeno chefia feminina de domicílios, pautei-me nas pesquisas da professora Márcia dos Santos Macêdo (1999, 2001, 2007, 2008), que me ajudou a obter uma maior compreensão sobre o meu objeto de pesquisa. A partir de suas colocações pude melhor delinear o que pretendia pesquisar e, dialogando com as orientações bibliográficas, bem como com as leituras e interpretações de seus trabalhos teóricos, principalmente sua dissertação de mestrado, que evidencia a mulher chefe de família em um bairro popular de Salvador, pude vencer alguns obstáculos e partir para o trabalho empírico mais segura do que queria buscar através dos dados a serem pesquisados. Pude também, através do artigo de Márcia Santana Tavares (2010), melhor contextualizar

o último capítulo de minha dissertação, haja vista que a autora trabalha com temáticas que convergem com dados empíricos da minha pesquisa.

A partir das leituras de Cristina Bruschini (2007) e Lília Montali (2006) busquei subsídios para discorrer sobre a mulher no mercado de trabalho; a contribuição sobre o fenômeno da feminização da pobreza foi trazida a partir do diálogo com as autoras Maria Salet Ferreira Novellino (2004), Lena Lavinias (1993), Márcia dos Santos Macêdo (2008) e Mary Garcia Castro (1999). Para contextualizar a problemática da chefia feminina de domicílios e o sistema de proteção social de renda mínima configurado a partir da política econômica neoliberal pós anos 1990, debrucei-me sobre os trabalhos de Luiza M. S. Santos Carvalho (1998a), Maria do Carmo Brant de Carvalho (2006), Inaiá Maria Moreira Carvalho (2003), Laura Tavares Soares (2002) e Laura Susana Duque-Arazola (2006).

A pesquisa visa contribuir para o entendimento de como mulheres denominadas chefes de domicílios, que, por motivos diversos, tiveram que acumular os papéis de provedora, cuidadora dos filhos e dos afazeres domésticos, conseguem driblar as dificuldades por elas enfrentadas e quais as estratégias de sobrevivência utilizadas para melhorar as condições de vida de suas unidades domésticas, além de conhecer a percepção de como vivem alguns aspectos da realidade cotidiana, tais como o sentimento de ser chefe de domicílio, a rede sociofamiliar, o trabalho.

O presente trabalho está organizado em quatro partes. O primeiro capítulo traz uma revisão da literatura sobre a instituição família, suas mudanças a partir das transformações sociais, o arranjo familiar denominado chefia feminina de domicílios. Já no segundo, trago uma discussão sobre o município de Camaçari, sua história, de forma breve, apenas para situar a cidade que escolhi para fazer o trabalho de campo, dedicando-me, em seguida, a apontar algumas características de Estivas de Buris.

O terceiro capítulo diz respeito à trajetória das mulheres e suas famílias, além dos “achados” durante a observação de campo. O quarto e último traz as experiências de vida das mulheres e reflexões acerca das categorias relevantes trabalhadas na entrevista, a partir dos depoimentos das mulheres investigadas. Nas considerações

finais, aponto, de forma resumida, as discussões teóricas sobre as famílias contemporâneas que embasaram a pesquisa e apresento minhas percepções acerca das prioridades, estratégias de sobrevivência, expectativas e desejos das mulheres investigadas.

Por fim, desejo ressaltar que essa experiência como pesquisadora – apesar de o curso de Serviço Social (da minha época, 1990) não ter me despertado para tal –, através de muitos esforços e força de vontade, muito gasto financeiro, tantas renúncias, principalmente de lazer, está valendo a pena. Acredito que ser assistente social é também estar preparada para modificar aquilo que se toma como pronto, acabado. Esta minha pesquisa vem mostrar que o problema existe, mas precisa ser refletido à luz de teóricos para se trabalhar perspectivas de transformação social, tendo suporte de trabalhos empíricos que subsidiem a nossa prática enquanto profissional mediador das relações sociais.

Cabe registrar que o meu percurso para obter o título de mestra em Políticas Sociais e Cidadania não foi fácil. Algumas partes que compõem esta dissertação foram pensadas e escritas em blocos de anotações, papéis soltos na bolsa, cupom fiscal, extratos bancários, cartão de visita de médico etc., documentos “reciclados” entre uma atividade e outra, com a seguinte finalidade: escrever ideias, considerações relevantes, citações ou até mesmo nomes de autores e autoras que, teoricamente, poderiam melhor contextualizar as questões que emergiam a partir da minha preocupação em produzir textos sobre a temática em foco.

Os momentos “selecionados” para a construção destes escritos surgiam sem aviso: na rodoviária, enquanto esperava o ônibus para ir trabalhar; nas idas e vindas entre Santa Inês e Salvador; nas filas de espera para resolver pendências em bancos; na madrugada, quando o sono não vinha, ocasião em que, utilizando caneta/lápis e um bloco de anotações que mantinha em cima da cama e, esboçava, muitas vezes no escuro, as ideias que surgiam.

Por assim dizer, estes momentos fazem parte dos meus esforços para recuperar o tempo que, porventura, deixei passar, quando, às vezes, durante horas e horas, não

conseguia escrever nada que pudesse aproveitar e, nesses locais, talvez impróprios, de repente produzia de forma satisfatória.

Durante a pesquisa de campo, pude vivenciar situações antes não observadas quando no papel de assistente social atuando na Secretaria de Assistência em programas de combate à pobreza. Situações que vão além da fome biológica e apontam para outras carências, como a necessidade de terem seus direitos reconhecidos.

Com um olhar de pesquisadora, pude encontrar além da pobreza⁴ “naturalizada” pelo poder público, pois, num espaço geográfico como aquele, não se tem um equipamento que possa minorar as más condições de vida daqueles que ali moram. Entretanto tem-se uma comunidade marginalizada pelo histórico de violência, as frequentes rondas policiais em função do tráfico de drogas ali instalado, em que a lei do silêncio é sinônimo de proteção de vida dos moradores daquela localidade e das pessoas próximas a estas: *“ninguém vai mexer com a senhora não [...] é daqui mesmo[...], que nada, mora aqui [...] não mexe não”*.

Graças a esse olhar aprofundado acerca das necessidades latentes que o papel de técnica não me possibilitava, hoje posso ver, e melhor compreender, a trama das relações sociais contida entre a pobreza e a chefia familiar feminina. Essa nova maneira de conceber o objeto de estudo entrelaçado às necessidades primeiras dos domicílios pesquisados me permitiu desvendar significados do que é ser mulher, pobre e chefe de família. Sarti (2007, p. 22) ressalta que:

[...] durante a pesquisa não apenas se desvenda aos olhos do pesquisador uma realidade externa que não se conhecia, mas também ocorre uma profunda transformação no olhar do pesquisador que, neste caso, se deslocou da família para o fundamento da ordem social na perspectiva dos pobres, sem que o material etnográfico tivesse se modificado substancialmente.

Através da observação em campo, da realização de entrevistas e das respostas obtidas com mulheres que assumem seus domicílios sozinhas, a minha pesquisa

⁴ A pobreza é um problema para quem a vive não apenas devido às difíceis condições materiais para sobrevivência, mas também em decorrência da experiência subjetiva da opressão, contínua e estrutural, que faz parte de sua existência, em atos vividos ou palavras escutadas (SARTI, 2007).

busca conhecer e compreender como se dá a dinâmica no interior de tais famílias, suas estratégias de sobrevivência, os caminhos que percorrem para dar conta dos vários papéis que são obrigadas a desempenhar e, principalmente, como driblam os obstáculos para manter as despesas domésticas. Como estas mulheres conseguem conciliar o “espaço público e o privado”, o sentimento que têm de sua condição de chefia familiar de domicílio diante dos vários encargos sociofamiliares que são impostos a elas.

Foram entrevistadas 10 mulheres que se intitulam como responsáveis pela provisão e manutenção do grupo familiar, isto é, além dos cuidados domésticos, se autodenominam “chefes”, “responsáveis” por seus domicílios. São mulheres com idades que variam entre 33 a 45 anos, a maioria está inserida no mercado de trabalho informal e têm de 02 a 10 filhos.

Quero deixar claro que ao selecionar as mulheres para fazer parte desta pesquisa, embora não se tivesse a intenção de trabalhar as categorias etnia, raça, estas se entrecruzam e estão imersas neste universo de famílias pobres, cujo responsável principal é a figura da mulher mãe, cuja prole é constituída por filhos menores de idade, sem a presença de adulto masculino.

Embora não pretenda fazer um recorte de raça, idade, número de filhos, esses dados interferem na questão socioeconômica (ocupação, renda, escolaridade) e, portanto, são relevantes para a problematização. Outros pontos relevantes a serem explorados são a diversidade de arranjos e o status conjugal, que me possibilitaram acompanhar sua trajetória de vida, o que deu origem à chefia feminina, motivos que levaram à “independência” forçada – arcar com o sustento econômico do grupo familiar. Esta pesquisa, portanto, busca entender os desafios enfrentados pelas mulheres frente ao quadro de condições precárias de sobrevivência destas famílias, de quais estratégias utilizam, que expectativas e possibilidades de melhoria dessas condições elas vislumbram.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 (RE) CONCEITUAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA

A família é concebida como o espaço indispensável para assegurar a sobrevivência e proteção integral dos filhos e demais membros (FERRARI; KALOUSTIAN, 1998, p. 11). É, também, um dos primeiros grupos considerados naturais da nossa sociedade, no qual o ser humano convive e se desenvolve (KNOBEL, 1996. p. 19).

Mas, afinal, o que é mesmo família? Ela é mesmo homogênea ou apresenta diferentes configurações? A-histórica? Imutável? Está em crise, desestruturada ou desaparecendo? (GOLDANI, 1993; 1994; 2002). Ou apenas sofre mudanças em cada época, cultura e sociedade?

Ao longo dos anos, a família brasileira tem passado por transformações que a levaram a constituir novas configurações, mostrando-se heterogênea (SARTI, 2006). Ela participa da dinâmica social e, assim, tanto é influenciada como influencia o contexto político, cultural e econômico em que está inserida. A família tradicional esvai-se e emerge no cenário sociofamiliar, o que muitos estudiosos classificam como novos arranjos familiares. Com os processos de urbanização e industrialização, padrões patriarcais, bem como valores tradicionais, encontrados no seio das famílias se entrecruzam com as mudanças na estrutura familiar e produzem novos formatos e padrões de convivência.

Ao se discutir a temática família deve-se tomar como base as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira (no caso particular da discussão em pauta), como bem diz Goldani (2002, p. 33): “[...]. As famílias brasileiras experienciam uma maior diversidade de arranjos sexuais, novas tecnologias, um aumento das mulheres na força de trabalho, mudanças nos papéis de gênero, elevadas taxas de divórcio [...]”. Nessa perspectiva, a compreensão sobre família, a partir desses desafios, deve-se considerar a sua capacidade de se adaptar às mudanças (GOLDANI, 2002) na

estrutura social, política, cultural e, principalmente, econômica do país. A família é mutável, *“assume uma diversidade de formas ao longo do tempo”* (COUTINHO, 2006, p. 91). Esse questionamento é indispensável para compreender as diversas tipologias de grupos sociais, famílias desfeitas e refeitas (SARTI, 2007), denominadas arranjos familiares.

Heller (2008) salienta que a história humana é a substância da sociedade e esta, por sua vez, se constitui como um complexo determinado, haja vista a continuidade da história. E, ao se pretender estudar a dinâmica cotidiana das chefias femininas de domicílios, torna-se fundamental avaliar essa vida cotidiana, levando em consideração a vida como um todo. Para a autora, o homem participa da vida cotidiana nos seus vários aspectos, que vão desde a individualidade à sua personalidade, entretanto não tem tempo, tampouco possibilidade de absorvê-la em sua integralidade. *“A vida cotidiana é a verdadeira essência da substância social”* (id., p. 34).

Pode-se conceber a família como um nicho, habitat das relações afetivas, no qual se pode encontrar a âncora essencial para a socialização, é um campo de mediação importante entre o indivíduo e a sociedade nos seus aspectos diversos. Essa instituição, uma vez desvinculada das redes de integração social, nas quais encontra estabilidade para sobreviver – o trabalho e os vínculos familiares –, tende a fazer parte do que Castel (2008) denomina zonas de vulnerabilidade e, conseqüentemente, pode chegar a um processo de *“desfiliação social”*, quando há rupturas na rede de integração primária (família). Essa desfiliação social, em certos casos, pode levar a rupturas conjugais (SARTI, 2005), uma vez que o homem não consegue desempenhar o papel de principal provedor econômico da unidade doméstica e as expectativas da mulher em ter uma vida melhor são frustradas em função da vulnerabilidade em que estão imersos.

Há situações, hoje, bem mais visíveis em que a mulher assume a responsabilidade econômica da casa e, conseqüentemente, ocorre a inversão dos papéis tradicionais desempenhados por mulheres e homens na relação conjugal, ou seja, ela passa a ser a *“chefe”* da família. Entretanto esse *“novo”* papel social da mulher não chega a ser um problema, o que está em pauta é a dimensão do respeito (SARTI, 2005), o

papel de autoridade masculina que confere respeitabilidade familiar, identificado na figura do homem dentro do modelo tradicional de família, para o qual ele é designado e que a mulher é obrigada a se adaptar.

As interferências oriundas da sociedade, nas suas diferentes esferas, favorecem mudanças na dinâmica e na estrutura familiar, o que provoca alterações em seu padrão tradicional de organização. Nesse sentido, pensar a família no plural, nas suas variadas formas de composição e obrigações mútuas, não restringi-la à rede de parentesco, abandonar a ideia de singularidade, é romper com a definição de família sonhada e fazer emergir a estrutura familiar real, concreta, integral, presente no cotidiano construído por ela e, concomitantemente, influenciado pelo movimento do contexto sociopolítico, isto é, significa entender que é construída a partir de elementos reais, logo, é dinâmica e se encontra em contínua mudança.

Carvalho (2005, p. 267) ressalta que “o exercício vital das famílias é semelhante ao exercício das políticas sociais: ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela”. Em outro momento, a autora destaca que a família tem a capacidade de “criar e fortalecer coesões microcomunitárias”, na medida em que cria condições de sustentabilidade familiar.

A família não pode ser analisada apenas sob o ponto de vista funcional ou instrumental, mas, também, como referência simbólica para cada membro, uma vez que somente a família pode oferecer, a depender dos vínculos formados, bens relacionais, a maternidade, a paternidade e a filiação, que envolve o afeto, o apoio mútuo e a proteção.

A instituição família, segundo Sarti (2006, p. 39), “não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma das relações e cada uma das partes da relação”. São essas mudanças nos padrões de convívio familiar que trazem novas concepções do ser família, grupo social de fundamental importância para a formação de seus membros, principalmente dos filhos, dependentes de toda atenção de seus genitores, quando estes se encontram presentes na dinâmica das relações familiares.

Essa dinâmica familiar presente no cotidiano dos membros que compõem a organização social primária é mutável, flexível e, segundo Certeau (2009, p. 31), o cotidiano é reinventado a cada dia: “Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição [...] é uma história de meio caminho de nós mesmos”.

Sarti (2006), ao contextualizar as mudanças ocorridas na instituição família, reforça que na sociedade capitalista a família assume a condição de consumista, enquanto os valores inerentes a tal grupo são perdidos em meio às transformações ocorridas ao longo da história, como a definição dos papéis entre homens e mulheres.

Os referenciais valorativos de pertencer a um grupo responsável legalmente pela formação do indivíduo, o sentimento do amor mútuo que expressa em sua essência o sentido da vida, não mais fazem parte de um projeto compartilhado entre as pessoas, mas sim de um projeto construído individualmente em consonância com as mudanças ocorridas no cerne da sociedade atual.

No entanto há de se observar que durante muito tempo a família tem sido lembrada como instituição modeladora dos padrões da colonização brasileira e ditou as normas e padrões das relações familiares (SAMARA, 2003), foi analisada, de forma genérica, a partir do modelo de estrutura familiar denominado “patriarcal”⁵.

Samara (2003), no seu livro *Família, Mulheres e Povoamento*, traz uma compreensão cronológica que permite construir um pensamento sobre as matrizes ideológicas da historiografia familiar dos anos 1920, 1930 e 1940, que serviram de balizas para estudos posteriores sobre a natureza, estrutura, importância, função e conceito da família. Para tanto, a autora enumera clássicos que, com suas pesquisas, possibilitaram o avanço e ampliação do referencial teórico de que se pode lançar mão para aprofundar a discussão do que é família e sua relação com a sociedade.

⁵ A família patriarcal era constituída a partir de interesses de ordem econômica e, numerosa, tinha o pai como chefe maior, cuja autoridade era inquestionável e desempenhava o papel de provedor econômico do grupo familiar, enquanto à mulher-mãe era reservado o papel de “símbolo de honra” familiar e da solidariedade moral de tal modelo (COUTINHO, 2006).

O pioneiro e clássico Gilberto Freyre traça o perfil da família patriarcal abordada e discutida no cenário da literatura nacional e internacional e que, na contemporaneidade, serve de parâmetro para compreender os diversos modelos de arranjos de famílias brasileiras. Já Oliveira Viana, ao discutir sobre a família senhorial e os clãs parentais, busca entender as raízes coloniais e a evolução da nossa sociedade, enquanto Luís de Aguiar Costa Pinto discorre sobre a solidariedade familiar e Alcântara Machado concentra seus estudos nos bens materiais da época dos bandeirantes (SAMARA, 2003).

Já nos anos 1950 e 1960 as teorias formuladas acerca da família brasileira são revisadas à luz dos teóricos da época⁶, que se detêm em aspectos referentes às mudanças sociofamiliares, como a organização e estrutura familiar, bem como o casamento e o divórcio, o papel da mulher no espaço público, a sociedade e o espaço privado na família. Nos anos 1970 a família volta a ser objeto de estudo, todavia os pesquisadores, ao analisarem os documentos históricos, percebem que problemas já enraizados emergem com nova roupagem.

O fato de se conceber um único modelo de família, a patriarcal, para os mais variados segmentos da sociedade, tornou-se motivo de um olhar mais crítico no tocante aos aspectos regionais, de classe e raça. Nesta perspectiva, a formação dos diferentes arranjos familiares e a relevância do papel feminino na esfera social possibilitou um repensar nas matrizes ideológicas defendidas pelos clássicos.

Pensar a família brasileira articulada com o patriarcado, escravidão e estrutura de poder, suas nuances no que diz respeito à formação, concepção enquanto instituição responsável pela socialização dos seus membros, seus papéis desempenhados na sociedade, enfim, os diferentes modelos construídos ao longo do tempo requerem, antes de tudo, considerar a diversidade das estruturas e configurações familiares que se materializam tanto no tamanho e composição das unidades domésticas, quanto na natureza das relações estabelecidas entre seus membros e na lógica que rege essas relações (BILAC, 1999).

⁶ Antonio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willemens, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Charles Wagley (SAMARA, 2003, p. 19).

Sob este ponto de vista, a metamorfose que a família vem enfrentando ao longo do tempo e sua importância na conjuntura brasileira, nos levou a resgatar historicamente a família brasileira, o que faremos no tópico seguinte.

1.2 A FAMÍLIA NO BRASIL: ONTEM E HOJE

Para melhor compreendermos as mudanças ocorridas na instituição familiar no Brasil, faz-se necessário uma retrospectiva no tempo, mais precisamente ao século XIX, de forma a situar a desmistificação da família patriarcal como predominante na época e revelar a existência, embora considerada irrelevante para definição de família, da chefia feminina de domicílio que era contabilizada nos dados censitários referentes ao período de 1872⁷.

Na história brasileira, a instituição família sempre teve destaque como responsável por modelar os padrões do Brasil Colônia, concomitante com o estabelecimento de normas e condutas no bojo das relações sociais.

Esse modelo ideal de família, instalado no período colonial, no qual a estrutura econômica se pautava no setor agrícola, no latifúndio e no escravismo, favorecia a sociedade paternalista, na qual a família patriarcal se constituía enquanto base da sociedade. Há de se compreender que, na constituição de suas características elementares, como família extensa que mantém uma relação de solidariedade entre os membros que a compõem, contribui para ratificar o paternalismo, traduzido através da proteção, quando necessária, àqueles agregados que compõem a família extensa.

No modelo de família denominado patriarcal os papéis no casamento eram distintos, daí emerge o *“mito da mulher submissa e do marido dominador”* (SAMARA, 1998, p. 14), que guarda estreita relação com uma gama de complexidades na sua formação, haja vista que nem sempre os laços que unem os membros são sanguíneos, por

⁷ Cf. Samara (1999, p.103).

vezes se traduzem em relações de trabalho, de amizade e, por fim, relações ilegítimas. Todavia esse modelo de família, centrado nas funções econômicas e sociais, tinha destaque no cenário político da época colonial. A quantidade de pessoas influenciava no prestígio do chefe de família, que, em troca, fornecia proteção aos agregados.

A análise feita por Bilac (1999) e Samara (1999) sobre o modelo de família patriarcal no Brasil conclui que esse modelo não foi universal em toda a sociedade, pois apenas nas classes dominantes da época colonial esse modelo descrito pela historiografia podia ser evidenciado⁸. Samara (1998, p. 17) ressalta que, em São Paulo, já nos séculos XVIII e XIX, a tipologia de família ali encontrada e suas características não se assemelhavam às predominantes no Nordeste brasileiro (Bahia e Pernambuco), na zona açucareira.

De acordo com documentos oficiais da época⁹, esse modelo “*era apenas uma das formas de organização familiar*” (SAMARA, 1998, p. 17) e se limitava a uma classe da sociedade. Já a família nuclear, constituída de poucos filhos, era relevante, o que contraria a posição de alguns estudiosos do assunto, quando ressaltam que a família extensa, denominada patriarcal, é sinônimo de família brasileira. Sendo assim, a autora salienta que a generalização do conceito de família torna-se ineficaz, já que a mesma não podia se constituir matriz, haja vista o recorte particular de tempo e local onde sobressaía.

Desde o período colonial, tanto a organização familiar como as moradias eram diversificadas. Para ilustrar que a família extensa não era universal e que o homem não era o único “chefe”, Samara (2003, p. 55) reforça que:

⁸ Ver, por exemplo, Corrêa (1994), que desmistifica o “retrato” pintado acerca do modelo ideal de família na sociedade brasileira na época colonial – a família patriarcal. A autora ressalta que este modelo de família, utilizado como parâmetro, favoreceu a não visibilidade de outros tipos de grupo social que podemos conceber como família. Conforme afirma, os rumos da pesquisa sobre a família patriarcal nos remetem a admitir sua existência, entretanto é preciso situá-la no contexto de uma “sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa” (1994, p. 24), ou seja, a autora reconhece sua importância, mas destaca que não se pode tomá-la como símbolo da família brasileira, pois ela não existiu sozinha. Ver, também, Samara (1998; 1999; 2002) e Dias (1995), que trazem uma contribuição relevante sobre a condição da mulher, o seu cotidiano e poder em São Paulo, no século XIX, e conferem visibilidade às famílias chefiadas por mulheres.

⁹ “[...] dados compilados nos recenseamentos e nos testamentos do século passado” (SAMARA, 1998, p. 17).

Como chefes dos grupos familiares, as mulheres na Colônia, viúvas ou de marido ausente, exerciam um papel importante na coesão e na harmonização dentro dos clãs, o que pode também ser resgatado desde o século XVI nos contos e nas memórias das contadoras de histórias que nos folclores regionais delineiam vultos de mulheres fortes, com papéis sociais decisivos para a sobrevivência dos grupos familiares.

Em outro momento, Samara (1998) ressalta que pesquisas recentes revelam que o modelo de família “extensa do tipo patriarcal” não foi predominante¹⁰, e toma como exemplo a cidade de São Paulo, onde, em 1836 (SAMARA, 2002), prevaleciam estruturas simplificadas e com menor número de membros, do tipo nuclear, bem como famílias chefiadas por mulheres, que discutiremos mais adiante.

De fato, Souza e Botelho (2001) salientam que, apesar da valoração ética e dos padrões morais desse modelo de família que dominava a sociedade colonial, estudos sobre a estrutura estática da família patriarcal apontam para uma sociedade “multifacetada, móvel, flexível e dispersa” (SOUZA; BOTELHO 2001, p. 417 *apud* CORRÊA, 1994, p. 24). Daí, pode-se perceber que essa estrutura, aparentemente imutável, começa a ser desmontada em função da dinâmica social que, tendo a instituição família inserida na sua conjuntura, tende a influenciar e ser influenciada por esta, possibilitando modelos plurais de famílias.

Na segunda da metade do século XIX as mudanças ocorridas na sociedade, favoráveis à legitimação do Estado, possibilitaram o esfacelamento e declínio da família patriarcal e, em paralelo, o advento de novas configurações familiares, a saber, o surgimento da família conjugal moderna, em vigor na Europa na segunda metade do século XIX (COUTINHO, 2006). Nesse novo modelo, a redefinição dos papéis de homens e mulheres se diferencia daqueles exercidos na família patriarcal.

A partir do século XX a família ganha novos contornos, principalmente no cenário político, no qual o Estado passa a conceber essa instituição como instrumento de corresponsabilidade diante das políticas sociais implantadas. No cenário brasileiro, nos anos de 1970 foi dada à mulher a chance de melhorar suas habilidades no lar e, concomitantemente, capacitá-la para o ingresso no mercado de trabalho, devido à

¹⁰Vários pesquisadores têm demonstrado preocupação quanto às condições de vida das famílias das classes pobres, como, por exemplo, Goldani (1993; 1994; 2002), Macêdo (1999; 2008), Dias (1995), Castro (1990), Pantoja (2001) e Fonseca (2008).

escassez de mão de obra na época e ao crescimento econômico a todo vapor (DUQUE-ARRAZOLA, 2006; CARVALHO, 2005; 2006).

Em 1980 emerge a ideia de transformação sociopolítica, a partir da luta por conquistas de direitos. Os segmentos organizados partiam do princípio que aquele momento era mais importante para fazer valer as lutas por melhores condições de vida. De fato, na época em que estes segmentos assumem protagonismo como sujeitos de direitos, a Carta Magna é revisada e contempla muitos dos anseios da população, entretanto alguns destes ainda não se materializaram.

A partir de 1990, com a nova Constituição brasileira, o olhar sobre a família é indiscutível, e o ECA possibilita esse olhar, quando se têm políticas sociais destinadas à criança e ao adolescente. Carvalho (2005) salienta que a família está no centro das políticas de proteção social, é copartícipe diante das demandas familiares nas quais o Estado tende a intervir.

Na contemporaneidade, a família encontra-se susceptível a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos e seus “laços esgarçados” (SARTI, 2005), pois, além das transformações internas e novos papéis familiares, também sofre interferências externas por estar submissa às leis capitalistas, tais como a precarização do trabalho e o crescente desemprego.

Pode-se dizer que a partir de um novo modo de viver em família se desenvolve o que alguns autores chamam de crise da família, com o advento de novos arranjos familiares, em função da quebra de paradigma, a saber: o encolhimento da família oriunda da baixa fecundidade; o aumento de longevidade nas pessoas, logo ampliação da expectativa de vida; o divórcio, em detrimento da indissolubilidade do casamento, e o enfraquecimento da família, traduzido em novos modelos familiares, principalmente em função do controle da taxa de natalidade e da entrada significativa da mulher no mercado de trabalho.

Ainda segundo Coutinho (2006), esse processo de modernização percebido nas famílias de classe média brasileira não é extensivo a toda a família pertencente a esse segmento, uma vez que outros grupos familiares residentes no interior e

subúrbios do país, embora pertencentes às camadas médias, preservam os papéis definidos pelo modelo hierárquico.

As famílias, enquanto unidades de relações sociais, têm no exercício da função procriativa a difusão de hábitos, costumes, valores morais e éticos, transmitidos e colocados no centro das discussões cotidianas. Nesse espaço de convivência, também ocorrem trocas afetivas, pontos de discussão para nortear o viver coletivo entre indivíduos de sexos e idades distintas. Portanto, cada família vive uma dinâmica própria, entendida a partir de sua subjetividade, que ultrapassa o simples viver em conjunto com pessoas distintas. Por essa razão, Coutinho (2006, p. 97) ressalta que: “A família deve ser entendida em sua complexidade e discrepância de interesses, necessidades e sentimentos”.

As novas configurações e rearranjos familiares, basicamente, são atribuídos às transformações societárias. Mudanças de papéis familiares e mulheres sendo as principais provedoras de domicílios são um fenômeno social em expansão que pode ser atribuído a estas transformações, na medida em que a luta por assegurar a manutenção material se mostra mais intensa nas famílias de classes populares. Essas famílias possuem condições de sobrevivência precárias, ainda mais quando se trata de domicílios pobres chefiados por mulheres, nos quais a situação é mais grave, uma vez que essa mulher, geralmente, ocupa espaços laborais informais e acaba recebendo remunerações que não lhes garantem satisfação das necessidades básicas, a saber, moradia e alimentação dignas.

Pode-se questionar até que ponto, no emaranhado de significados da vida social, o sistema capitalista e sua política neoliberal são instrumentos de manutenção da condição da chefia feminina na pobreza material e política. Para responder a este questionamento, faz-se necessário realizarmos uma retrospectiva histórica acerca das famílias chefiadas por mulheres no Brasil, de forma a realçarmos mudanças e desafios enfrentados ao longo dos séculos, o que faremos no tópico seguinte.

1.3 FAMÍLIA. CHEFIA FAMILIAR FEMININA, "FAMÍLIAS" E POBREZA: ALGUMAS INQUIETAÇÕES

A composição familiar ou, um dos arranjos domésticos constituídos por um dos genitores e filhos, é entendida como família monoparental¹¹ (GOLDANI, 1993; VITALE, 2002). Mas, segundo Oliveira (1992, p. 157), “a grande maioria é encabeçada por mulheres”, e tem ganhado maior visibilidade a partir das últimas décadas do século XX, muito embora pesquisadoras que tomo como referência para pensar a historicidade do arranjo familiar aqui discutido, como Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), Katia de Queirós Mattoso (1988), Eni de Mesquita Samara (1999) e Cláudia Fonseca (2008), vêm sinalizando a sua existência desde séculos passados. Entretanto na década de 1970 a visibilidade das famílias chefiadas por mulheres, em decorrência de seu aumento significativo (BARROSO, 1978), passa a ser referência nas pesquisas sociológicas (VITALE, 2002), produzindo um acervo bibliográfico relevante para as discussões acerca dessa categoria.

Embora o fenômeno denominado chefia familiar feminina apresente maior visibilidade nas três últimas décadas (MACÊDO, 2008; CARLOTO, 2005), é sabido que o mesmo é identificado desde o século XVII. Conforme esclarece Dias (1995, p. 29-30):

A presença maciça de mulheres na população da cidade - mulheres sós de maridos ausentes - era parte integrante da tradição da vila desde o século XVII, e somente passou a atrair a atenção das autoridades, em seus ofícios ou relatórios para o Reino, nas últimas décadas do século XVIII¹².

Ao contextualizar e situar a chefia feminina de domicílio como fenômeno histórico, faz-se necessário partir da análise fundamentada por Dias (1995) que, ao reconstruir os papéis sociais femininos nas camadas populares de São Paulo, no final do século

¹¹ Oliveira (1992, p. 157) define famílias monoparentais como sendo aquelas constituídas por um homem ou uma mulher sem parceiro e com filhos. Já Vitale (2002, p. 46) concebe lares monoparentais como aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que ainda não são adultos.

¹² Ver, por exemplo, Dias (1995), que, ao compor uma historiografia da época descreve o contexto de “fogos” chefiados por mulheres e salienta que os mesmos se faziam presentes na sociedade colonial do Brasil e diversas eram as causas para sua existência.

XVIII, nos mostra que o cotidiano dessas mulheres pobres sempre esteve marcado por trabalhos laborais desqualificados, sem relevância nos aspectos econômicos.

Era esse o espaço das mulheres pobres, limbo e exílio do que havia de socialmente valorizado na economia paulista da época. Viveram precariamente a sua pobreza, no desdobramento das dimensões sociais do doméstico [...]. Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinha de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência [...] as afetavam os preconceitos advindos da organização da família de herança das classes dominantes, que as relegavam como excedentes sociais, mães solteiras e concubinas [...] (p. 16).

Como se pode notar, a autora atualiza o retrato contemporâneo da mulher pobre que já era visível há três séculos. Sua labuta e a submissão a que era exposta quando desempenhava os seus papéis enquanto mulher, mãe e trabalhadora inserida nas classes populares. A elas eram reservadas as piores moradias, de construção frágil, taipa, no geral em casas alugadas, onde os cômodos eram pequenos, telhados em ruína. Geralmente eram locais onde comercializavam produtos¹³ de subsistência, como ovos, hortaliças, peixes frescos, entre outros.

Dias (1995) ressalta que as chefias femininas de domicílios já apareciam nos dados censitários de 1836. Embora a autora faça essa ressalva, é importante registrar que no século XVIII já se notava a presença de mulheres sós de maridos ausentes, entretanto essa informação foi explicitada oficialmente apenas nas últimas décadas do século XVIII. Mudanças significativas ocasionam o advento da chefia familiar feminina, como, por exemplo, às mudanças econômicas com o tráfico de escravos, no século XVIII, mesclaram-se raças e origens diversas, o que favoreceu os concubinatos, uniões ilegítimas e, atrelado a essas mudanças, as mulheres exerciam atividades no espaço público e já não se limitavam a serem cuidadoras domésticas e as solteiras com prole chefiavam famílias (SAMARA, 2002).

Mas é no período que corresponde à segunda metade do século XIX e início do XX (SAMARA, 1998; OLIVEIRA, 2002) que emerge outro tipo de família na dinâmica das relações familiares entre os sexos. Segundo Samara (1998), em São Paulo essa

¹³ Esses produtos eram comercializados de forma clandestina, isto é, não pagavam o fisco. Ver, por exemplo, Dias (1995, p.25).

tipologia poderia ser atribuída à elevação da categoria mulher como chefe de domicílio. Em meio aos diferentes contornos a que a família é condicionada socialmente, torna-se frequente o ciclo de organização, desorganização e reorganização (CARVALHO, 2006) que engendra o cotidiano de homens e mulheres e pode originar diferentes formações de arranjos familiares.

Samara (2002), ao analisar dados estatísticos do ano de 1872, referentes à categoria chefes de domicílios no Brasil (idade e sexo), ressalta que nas regiões econômicas pesquisadas aproximadamente 30% das mulheres eram denominadas chefes de domicílio, com idade entre 35 e 45 anos. Assinala, ainda, que Minas Gerais e São Paulo se destacam na elevação da chefia feminina de domicílio como responsável pela economia doméstica.

Desde a década de 1990 várias pesquisadores têm demonstrado preocupação quanto às condições de vida das famílias das classes pobres, a exemplo de Dias (1995) e Fonseca (2008), bem como a existência de diferentes arranjos familiares desde o período colonial, como Corrêa (1993), Samara (2003; 1999) e Bilac (1999), entre outros.

A discussão já iniciada por pesquisadores dos temas relacionados às mudanças na organização familiar, especificamente sobre os diversos arranjos familiares, as “cabeças de domicílio”, as “lideranças de fogos”, onde a mulher, mãe solteira e pobre se desdobra enquanto responsável pelos papéis tradicionais e no trato com sua prole, além de assumir o encargo de manter a sobrevivência econômica familiar.

Mudanças nas esferas social, política e econômica contribuíram para a ampliação do fenômeno chefia familiar feminina. Samara (1998) aponta como fatores a ausência do marido ou viuvez, o que obriga a mulher a zelar pelo patrimônio da família, enquanto Fonseca (2008) destaca a mobilidade geográfica dos homens em decorrência de sua migração em busca de trabalho, o que provocava uma separação brusca e não deixava outra alternativa às mulheres abandonadas senão trabalharem para garantir o sustento da prole.

Fonseca (2008) mostra que, mesmo a figura feminina no início do século XX sendo vista como submissa ao marido, certas mulheres ocupavam o espaço público, quer para complementar a renda do marido, quer devido a este ter abandonado o domicílio. Era ela quem garantia o sustento do grupo familiar, ultrapassando os estereótipos impostos pela sociedade que as discriminava e as considerava relapsas por não se dedicarem com exclusividade aos cuidados do lar. O certo é que “[...] as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa” (p. 517).

As mudanças nas estruturas familiares, segundo Goldani (1993), fazem parte de um processo mais amplo de transformações sociais e econômicas. Ao destacar as

[...] mudanças de comportamento [...] novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcio, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (p. 68).

A autora salienta que a questão da chamada “crise” familiar pode estar diretamente relacionada com “os modelos estereotipados de família”, ao se confrontar o modelo patriarcal, intitulado pelas classes dominantes (rurais) da era colonial, com o modelo de família “classe média urbana”¹⁴. Esta dicotomia de diferentes concepções para um mesmo grupo social, no caso da família, com papéis definidos pela sociedade, leva a uma visão de que a crise nesta instituição foi instalada. O modelo estático (família rural e família urbana) se vê abalado. A família, ao participar do dinamismo social, tende a não só responder às transformações deste contexto como, também, influencia o mesmo. Neste sentido, a diversidade de arranjos familiares presentes na contemporaneidade é consequência da fragmentação do modelo nuclear aliado ao crescimento das famílias monoparentais.

Entende-se por família monoparental o grupo social formado por filhos e a presença de um dos genitores (masculino ou feminino). Goldani (1993), em suas pesquisas acerca das mudanças dos arranjos domésticos nos anos 1980, ao discorrer sobre as tipologias familiares, afirma que essa visibilidade na fragmentação do modelo nuclear conjugal possibilitou “um aumento nas proporções de famílias

¹⁴ [...] Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa o lugar de destaque [...] o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros, assumem maior relevância [...] (GOLDANI, 1993, p. 70).

monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge)” (p. 82). Na visão da autora, os aspectos demográficos referentes às “mudanças na nupcialidade”, assim compreendida: aumento do divórcio, bem como de mulheres solteiras com filho (p. 82), estão diretamente associados a essa tendência.

Como apontado anteriormente, os lares monoparentais são aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que ainda não chegaram à idade adulta (VITALE, 2002). O que denota uma sobrecarga de responsabilidades para apenas um dos genitores e, quando recai sobre a figura feminina, esta é obrigada a responder às necessidades de ordem econômica, numa sociedade em que o mercado de trabalho insiste em subjugar a mão de obra feminina – relegada aos piores postos de trabalho, aos piores salários. Isto, associado à categoria pobreza, já instalada historicamente no cotidiano dessa mulher, pode, conseqüentemente, acirrar ainda mais as precárias condições de sobrevivência de grupo familiar. Nesta concepção, tende-se a construir um estigma relativo à incapacidade da mulher para gerir e administrar as responsabilidades domésticas (VITALE, 2002), daí existir, na discussão sobre chefia familiar feminina, a associação da mulher/mãe com a pobreza, produzindo como efeito a *feminização da pobreza*.

As três últimas décadas¹⁵ (MACÊDO, 2008) têm apresentado um elevado número de famílias cujo provedor principal é a figura feminina. O que as pesquisas empíricas têm registrado é a visibilidade deste fenômeno nas classes médias em paralelo ao seu crescimento nas classes populares. A autora salienta que é preciso desmistificar a homogeneização de que todo domicílio cuja figura feminina é referência econômica é pobre, o que leva alguns pesquisadores a denominar de feminização da pobreza, como se família chefiada por mulher fosse sempre a mais pobre entre as mais pobres.

Macêdo (2001; 2008), ao analisar a diversidade dos fatores que favorecem a ampliação deste fenômeno, reforça que este, por ser multifacetado e multideterminado, está entrelaçado com fatores objetivos, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, associados com os fatores subjetivos condicionados pelo

¹⁵ A década “[...] de 80 e os anos 1990 vão testemunhar todo um processo de desconstrução do olhar sobre as formas de organização familiar no Brasil [...]” (MACÊDO, 2008, p. 393).

contexto da globalização, movimentos sociais e o advento de novos protagonistas, a saber, o movimento feminista. O conjunto de tais aspectos favorece a visão ampliada de que a chefia familiar feminina deriva de uma articulação complexa de vários fatores condicionantes, cuja relevância das análises tem recaído na ideia da feminização da pobreza.

Favaro (2008) salienta que apesar de estudiosos das Ciências Sociais associarem esse fenômeno como resultado de desorganização e declínio dos padrões e valores familiares, a desigualdade de gênero e a importância que essas chefias femininas têm, bem como o seu papel diante das profundas transformações familiares, na medida em que assumem o protagonismo de ser mulher, mãe e exclusiva provedora doméstica, são pontos para a reflexão em torno deste fenômeno, haja vista que chefia feminina familiar vai além de aspectos objetivos, como ser mulher, responsável pela provisão, manutenção, cuidados domésticos e com os filhos.

As autoras Scott (2002) e Carloto (2005) ressaltam que o crescimento desse fenômeno é relevante nas famílias pobres, o que pode estar diretamente interligado ao tripé gênero, raça e classe social. E, como afirma Agier (1990), esses tipos de arranjos familiares são mais vulneráveis que os chefiados por homens, o que se constitui numa situação de pobreza, donde a procura de proteção social familiar, isto é, a procura de suporte junto à rede social para atender a necessidades econômicas e sociais pode ser acionada mais frequentemente.

Por outro lado, a feminização da pobreza surge na contemporaneidade quando pesquisas revelam o aumento da pobreza em escala mundial, ao revelarem um crescimento de lares chefiados por mulheres, tendo destaque aqueles oriundos de classes populares, em que a pobreza sobressai. No aspecto pobreza, pesquisas revelam que quando a mulher acumula as funções de provedora e responsável pela reprodução e, devido à sua proliferação, tende a apresentar um perfil vulnerável em função da precarização dos postos de trabalho por elas ocupado.

Lavinas (1996, p. 478), ao lançar crítica sobre o estigma de que os lares responsáveis por mulheres sejam os mais pobres, ressalta que o fato de ser

[...] carente e ser do sexo feminino não coloca as mulheres numa posição de desigualdade frente aos homens maior do que aquela presente na relação homem-mulher no grupo dos mais pobres. Não sendo a mulher pobre mais desigual do que a mulher não pobre [...].

Novellino (2004, p. 3), quando faz referência à participação da mulher no mercado de trabalho, destaca os seguintes aspectos:

[...] (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para as quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal.

A discussão referente à associação entre gênero e pobreza, feita por muitos pesquisadores (MACÊDO, 2007; 2008), aponta para as desvantagens às quais as mulheres estão submetidas no mercado de trabalho, em especial no tocante a ocupações e remunerações, além da ausência da figura masculina do lar, logo, de sua força de trabalho.

Ao refletir sobre o aumento da chefia feminina em escala mundial, Favaro (2008, p. 2) ressalta que esse fenômeno

[...] em muitos países ainda é encarado como um exemplo de desorganização e queda de valores familiares. Quando se entende que a chefia feminina é um fenômeno que engloba aspectos tanto socioeconômicos quanto culturais, pode-se entender de maneira mais clara seu crescimento e também seu estigma.

A proliferação desse tipo de arranjo é motivo de várias discussões acerca de causas e possíveis saídas de tal situação, apesar de, no final da década de 1970, o termo feminização da pobreza ser associado à pobreza e à condição de gênero. Estudiosos discordam da ideia de se analisar a pobreza somente pela ótica da renda, haja vista a subjetividade que envolve a questão de gênero, construída socialmente, que determina papéis específicos para o homem e para a mulher, a exemplo das tarefas domésticas destinadas às mulheres. Essa desigualdade de gênero é relevante na discussão em pauta, uma vez que a sociedade contemporânea possui características sexistas, androcêntricas, ou seja, a ideologia patriarcal traz no seu bojo papéis predeterminados que dicotomizam os valores

sociais atribuídos a homens e mulheres, construídos social e historicamente ao longo dos anos.

A chefia feminina de domicílio não se encontra somente em contextos susceptíveis à pobreza, pois é visível em todas as regiões brasileiras e classes sociais. Outro aspecto relevante diz respeito à formação de tais arranjos familiares, que vão desde os domicílios unipessoais até aqueles nos quais a figura masculina, o cônjuge, se faz presente, entretanto é a mulher que desempenha o papel de “chefe”, no sentido da provisão das despesas do domicílio.

Enfim, as variadas trajetórias das mulheres podem estar condicionadas às transformações próprias da sociedade em que estão inseridas, o que ocasiona múltiplos significados: situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos ou casada, coabitando com o companheiro e os filhos, ou, ainda, em uma dessas situações, mas convivendo com parentes e outros agregados (MACÊDO, 2008). A autora defende que é preciso problematizar o risco da generalização das leituras estereotipadas no tocante à vulnerabilidade e pobreza homogênea. Nesse sentido, torna-se imprescindível uma visão além do aparente, que reconheça a existência da complexidade que transcende os modelos estereotipados, unilaterais.

1.4 FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO

Goldani (2002), na sua análise sobre as famílias brasileiras nos anos 1990, ressalta a relação entre trabalho e família a partir das discussões em torno da inserção da mulher no mercado de trabalho e os papéis de homens e mulheres no interior das famílias. A autora faz, também, uma análise conjuntural desse período, em que o impacto da economia mundial reflete negativamente no Brasil, principalmente no tocante à precarização do mercado de trabalho, à perda de postos de trabalho e à informalidade deste, o que ocasiona a inserção de mão de obra sem garantias trabalhistas e direitos sociais efetivados. Nas palavras de Goldani (2002, p. 31);

[...] no mundo do trabalho brasileiro, cada vez mais multifacetado, as atuais transformações no mercado são marcadas não só pela elevação das taxas de desemprego (7% em 1996), mas também por mudanças na estrutura setorial de emprego, sobretudo do emprego industrial [...]. Assim, o Brasil, como a maioria dos países ocidentais, tem experimentado um crescimento das taxas de desemprego e pobreza que vem desafiando a sociedade e os governos a ajustarem os programas sociais e econômicos de forma a se adaptarem às mudanças econômicas mundiais.

Na história do mundo do trabalho a participação da mulher na atividade econômica, a partir dos anos de 1970, se intensificou devido à expansão da economia em função do processo de industrialização e urbanização. Essa participação continuou na década de 1980, apesar da estagnação das atividades econômicas e da diminuição das oportunidades de ocupação. Nos anos 1990, embora marcados pela intensa abertura econômica, baixos investimentos e terceirização da economia, a incorporação da força de trabalho feminino continua a crescer.

Lilia Montali (2006) analisa as mudanças sentidas no mercado de trabalho pós década de 1990 em decorrência de reestruturação econômica e, conseqüentemente, a precarização dos postos de trabalho com o advento da política neoliberal no Brasil e seus impactos na estrutura familiar, o que redefiniu as formas de absorção da força de trabalho, ressaltando que essas mudanças afetaram o papel da mulher na sua participação na família e na sociedade.

É importante salientar que à medida que o desemprego acentuado, ou seja, a redução da taxa de ocupação dos chefes de família – chefes masculinos – causa diminuição da renda familiar, por outro lado contribui para a entrada da cônjuge no mercado de trabalho, o que, muitas vezes, se dá em ocupações precárias, como trabalhos sem carteira assinada e vinculados aos trabalhos domésticos, principalmente se a escolaridade das mesmas não é elevada.

Estudos realizados por Montali (2006) mostram que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho pós década de 1990 em decorrência da reestruturação econômica e, conseqüentemente, da precarização dos postos de trabalho com o advento da política econômica neoliberal aqui no Brasil, redefiniram as formas de absorção da força de trabalho, o que, na visão da autora, afetou o papel da mulher tanto na família como na sociedade.

Os dados censitários indicam que, no período de 1993 a 2007, manteve-se a tendência de aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 22,3%, em 1993, para 33%, em 2007. Essa tendência sinaliza para contextos em que a vida e o trabalho feminino são submetidos a uma precarização, ao mesmo tempo em que expõem processos em curso de (des) empoderamento da mulher, o que é considerado pelos/as pesquisadores/as do tema como um importante indicador de desigualdade de gênero (IPEA, 2008).

Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2008) sinalizam para uma forte relação entre o aumento da proporção de lares chefiados por mulheres e a participação feminina no mercado de trabalho. Tais fatores contribuíram para introduzir mudanças nos domicílios, que se manifestam através da alteração nas relações tradicionais de gênero – ao homem cabia o papel de provedor, enquanto à mulher o de cuidadora. Essa mudança percebida na relação familiar se evidencia nos dados estatísticos, segundo os quais a contribuição da renda da mulher aumentou na família brasileira de 30,1% para 39,8%. Observa-se, também, um significativo aumento de mulheres cônjuges coprovedoras, cujos percentuais aumentaram de 39,1 para 62,5%.

1.5 POLÍTICAS SOCIAIS E MATRICIALIDADE FAMILIAR: IMPLICAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

A política neoliberal¹⁶ instalada no Brasil e demais países da América Latina e do Caribe acarretou consequências irreversíveis, principalmente na área socioeconômica. Maranhão (2006, p. 38) coloca essa questão claramente, quando afirma que:

[...] a atual dinâmica de acumulação capitalista, em conjunto com o programa de ajuste estrutural e político neoliberal aprofundou o fosso da miséria e barbárie social nos países periféricos, ampliando o quadro de

¹⁶ Ver, por exemplo, sobre as implicações sociais do ajuste neoliberal, Soares (2002), que analisa o agravamento das condições sociais de milhares de latino-americanos após anos 1980, com a política econômica neoliberal instalada nos países do Terceiro Mundo.

instabilidade política e social da América Latina e transformando esses países em sociedades extremamente desiguais [...].

Esse modelo, denominado neoliberal, restringe a concepção de cidadania e insere na sociedade não só a queda vertiginosa dos salários, a informalidade no trabalho, o desemprego e o subemprego, como, também, faz surgir a “nova pobreza¹⁷” na América Latina e um retrocesso social acirrado. É o moderno que se construiu em meio ao arcaico na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2007).

Todo o empenho do governo brasileiro nos anos de 1990 para adotar as reformas que o neoliberalismo impunha, como o desmonte do Estado e a redução de sua intervenção na área social, bem como a privatização das empresas estatais e a retomada do mercado como centro regulador da economia, de acordo com Duque-Arrazola (2006, p. 143), “deixa milhões de homens e mulheres de diferentes idades ou gerações entregues à sua própria sorte e ‘méritos individuais’ na luta cotidiana pela sobrevivência”.

No âmbito da política de assistência social a centralidade atribuída à família confere à mulher-mãe novos papéis, reforçando sua responsabilidade no tocante à reprodução social do grupo familiar, na medida em que às beneficiárias de programas de renda mínima (CARVALHO, 2006; DUQUE-ARRAZOLA, 2006; RODRIGUES, 2008) são destinadas atribuições que as tornam as principais protagonistas na implementação de programas como o Bolsa Família, Erradicação do Trabalho Infantil – PETI etc.

Tais atribuições têm como consequência o aumento da sobrecarga de trabalho na vida das mães, cujos filhos foram, através do CadÚnico¹⁸, selecionados para os programas de renda mínima. No entanto a contrapartida que essas mães desempenham junto à esfera governamental, enquanto beneficiárias de programas de renda mínima, não é concebida como trabalho na ideologia da sociedade

¹⁷ O modelo neoliberal consiste na tentativa de conter a crise global do modelo social de acumulação e se materializa através da informalidade no trabalho, do desemprego, do subemprego e da desproteção trabalhista que, por sua vez, têm gerado uma “nova” pobreza, composta pelos pobres urbanos, que se tornaram mais numerosos que os pobres rurais, mas também por uma importante parcela dos estratos médios, reféns dos efeitos das políticas de estabilização ou ajuste (SOARES, 2002, p. 12).

¹⁸ Cadastro Único – Decreto nº 6.135/2007 – MDS/SENARC.

contemporânea, uma vez que se mantém o entendimento de que é da natureza feminina cuidar, amparar, ajudar e proteger os filhos.

Para melhor entender essa parceria entre a mulher-mãe e o Estado, Duque-Arrazola (2006, p. 238) argumenta que:

Na participação das mulheres-mães nas políticas públicas de assistência social, o Estado usufrui, sem custo algum ou irrisório, do tempo de trabalho feminino da reprodução e das capacidades e das competências de gênero das mulheres com o trabalho doméstico e dos cuidados da produção ou reprodução, aprendidas e desenvolvidas desde meninas, no processo de socialização.

A autora conclui que essa participação das mães “beneficiárias” de programas federais, a exemplo do PETI, somente aumenta a sua carga de trabalho, quando as obrigações e responsabilidades que fazem parte do seu cotidiano são traduzidas em condicionalidades, impostas pelo Estado, para continuarem recebendo o valor monetário, de acordo com os critérios seletivos que a classificam como integrante de família pobre e/ou indigente.

Por sua vez, Rodrigues (2008, p. 232) coloca que o destaque à família ou, como preferem outras autoras, “centralidade na família”¹⁹, pode estar associado aos seguintes aspectos: à atenção que esta merece ou à necessidade de cumprir as condicionalidades a que os programas as submetem, além do bom aproveitamento do valor monetário recebido e das oportunidades oferecidas a essas famílias, sendo estes aspectos os mais relevantes para explicar a valorização atribuída à família, em especial à beneficiária dos programas de renda mínima, nas duas últimas décadas. Para melhor expor seus argumentos, a autora recorre a De Martino, que, citado por Campos e Mioto (2003, p. 232), chama atenção para a seguinte questão:

Essa característica revela a forte presença de uma espécie de “neofamilismo” que transforma a ‘unidade familiar em solução para a racionalidade do modo global, reprivatizando atividades, no passado tornadas pública [sic] e trazendo a unidade doméstica - privada por definição - de volta à sociedade em geral.

¹⁹ Ver, por exemplo, Carvalho (2005); Rosa (2006).

A família, elevada à condição de copartícipe e responsável pela eficácia dos programas de renda, como analisam os autores, precisa ser compreendida não somente no imediatismo, no que é aparente, na objetividade de se “consertar” o que as transformações, ao longo do tempo, sejam estas sociais, políticas, culturais etc., produziram na dinâmica familiar, mas sim torna-se imprescindível um olhar voltado para o fortalecimento dos laços sociofamiliares.

É importante a contribuição de Sarti (2007), quando reforça que a família não se constitui exclusivamente como elo fonte de afeto, suporte para garantir a sobrevivência material e espiritual de seus membros. Simbolicamente, o universo dos pobres é constituído tendo a seguinte divisão: a casa representada pela mulher; já a família, pelo homem, ambos se complementam e adotam a convivência hierárquica.

Segundo Sarti (2005), as rupturas conjugais podem ter como ponto de partida o estado vulnerável em que muitas famílias pobres se encontram. O provedor, ao fazer parte do contingente de desempregados, sente-se inerte e impotente por não poder assumir seu papel de honra, garantidor das despesas familiares, e a mulher, por sua vez, não consegue melhorar sua condição nos aspectos financeiros para poder satisfazer necessidades essenciais que garantam uma vida mais digna para si e para a prole.

Assim, quando se analisa o arranjo matrifocal²⁰, o olhar precisa ser diferenciado, como bem sinaliza Agier (1990, p. 7):

Desaparecida essa presença masculina virtualmente central do esquema familiar, dois efeitos devem ser salientados: primeiro, é uma força de trabalho que não é exatamente substituível pela força de trabalho feminina, pois as duas têm disposições transmitidas desiguais; segundo, essa condição anterior representa a experiência familiar de referência e informa as práticas e as subjetivações presentes. Esses determinantes familiares fazem com que os grupos chefiados por mulheres tenham mais probabilidade que os chefiados por homens de se encontrar numa situação de pobreza.

²⁰ A expressão matrifocal tem um significado antropológico. Ver Neves (1985).

A falta de respeito e de legitimidade de direitos por que passam as famílias chefiadas por mulheres pobres dificulta a sua emancipação na sociedade contemporânea. Como podem, assim, tais mães de famílias construir o processo de empoderamento, no sentido de tomarem consciência de suas “habilidades e competências para produzir, criar e gerir”? (ANTONIO; CURADO, 2008, p. 153). Somente possibilitando-lhes o exercício do poder, a tomada de consciência sociopolítica que as leve a mudanças nas suas condições de vida e de sua prole.

“Empoderar significa que as pessoas adquiram o controle de suas vidas”, esclarece Leon (2000, p. 193). Para a autora, esse processo, que visa a transformação na vida das mulheres, consiste em desafio para transformar as estruturas erguidas pela ideologia patriarcal que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social.

Estudos comprovam que a chefia feminina de domicílio é uma categoria heterogênea, enquanto sujeito individual e coletivo, individual por ter causas específicas que a concebem como arranjo familiar, coletivo por estar inserida no universo que compõe as famílias denominadas matrifocais. “Mulher chefe de família é uma condição recheada de particularidades bem identificáveis” (SCOTT, 2002, p. 2).

Segundo Novellino (2004), o delineamento de políticas para mulheres deve envolver, além da política pública de gênero, a de combate à pobreza, de forma que sejam trabalhados princípios de uma política de gênero contemporânea direcionada para empoderar essas mulheres. No entender da autora, as políticas públicas de gênero até então implementadas são concebidas sob a visão assistencialista direcionada para o papel da mulher na família enquanto mãe, esta sendo a razão da existência dos programas. Ou seja, ao invés de centrar o foco na mulher-mãe na família, deve expandir para as diversidades, trabalhando o lado da mulher enquanto sujeito capaz de produzir e gerar seu próprio sustento e de sua prole. É preciso que se veja a mulher enquanto participativa, protagonista.

Carvalho (1998, p. 88-89), na defesa de políticas direcionadas à mulher chefe de domicílio, ressalta a vulnerabilidade, assim como a posição de chefe, que esta assume, e cita quatro linhas básicas de ação:

[...] programas de suporte à mulher trabalhadora, creches comunitárias e no local de serviço, escola no período integral, programas de acompanhamento da criança no período extra-escolar, programas e alternativa de alimentação comunitária; ações para facilitar o cumprimento de leis que determinam a participação do pai na manutenção das crianças independentemente do estado civil dos pais ou do reconhecimento legítimo da paternidade por parte do pai; [...] programas de incentivo à geração de renda e trabalho para as mulheres chefes de família; [...] ações de prevenção e controle de gravidez [...] para a adolescência.

Diante de tais pontos, percebe-se que as políticas até então implementadas não são direcionadas, particularizadas, voltadas para a condição da mulher chefe de domicílio que sobrevive com tantas demandas sociais e sem suporte do Estado para fazer valer o seu duplo papel de mãe-pai, com ou sem o cônjuge no seio da família.

CAPÍTULO II – OS CAMINHOS DA PESQUISA

2.1 A CIDADE DE CAMAÇARI: UM BREVE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO – 2000 A 2005

Os dados apresentados a seguir foram extraídos de um estudo realizado pela Secretaria de Planejamento do Município de Camaçari, cujo condensamento de informações resultou no documento intitulado Perfil Diagnóstico – Camaçari – 2000-2005. De forma abreviada, registro desde a origem da cidade a aspectos ambientais, índices de desenvolvimento, densidade populacional e política de habitação, para melhor situar Estivas de Buris, *locus* da pesquisa campo, e ilustrar o cenário que encontrei durante minhas idas e vindas pela comunidade.

2.1.1 Breve História da “Árvore que chora”: CAMAÇARI

A palavra Camaçari significa leite e lágrima, árvore que chora, assim batizada pelos índios tupinambás, primeiros habitantes da cidade, sendo sua origem, tupi-guarani. A história de Camaçari tem início após a construção da cidade do Salvador, no ano de 1558, quando os jesuítas fundaram a Aldeia do Divino Espírito Santo, construindo a primeira igreja, ainda de barro e palha. Com o objetivo de catequizar e educar os índios tupinambás foi instalada a Companhia de Jesus, constituindo-se num dos trabalhos pioneiros no Brasil. Eles definiram para sede de sua missão uma aldeia de índios situada à margem do Rio Joanes. Em virtude de uma epidemia que dizimou muitas vidas, decidiram transferir para outro local mais saudável, perto do mar e das dunas, onde teriam melhores condições de vida, estabelecendo-se numa localidade hoje conhecida como Vila de Abrantes. A Aldeia do Divino Espírito Santo, naquela época, serviu como ponto de ligação entre o centro de Salvador e as missões do sertão. Cabe lembrar que o povoado de Abrantes, em 1758, foi elevado à categoria

de “Vila”, com nome de Vila do Espírito Santo da Nova Abrantes, e, em 1848, foi desmembrado do município de Mata de São João.

É importante registrar, mesmo que de forma breve, a instalação do Polo Petroquímico na cidade de Camaçari, entre os anos de 1970 e 1980 (ALMEIDA, 2006), que impactou no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) baiano e, conseqüentemente, produziu uma mudança na dinâmica da economia do estado.

Caracterização

O Município de Camaçari possui uma área de 759,8 km² – o maior território da Região Metropolitana de Salvador – RMS, com uma divisão administrativa envolvendo os distritos de Camaçari (sede), Vila de Abrantes e Monte Gordo.

Limita-se ao norte com os municípios de Mata de São João e Dias D’Ávila, ao sul com Lauro de Freitas, a oeste com Simões Filho e a leste com o Oceano Atlântico. O município faz parte da Região Metropolitana de Salvador, que abrange Salvador, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Dias D’Ávila, Itaparica e Madre de Deus.

2.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

O Município de Camaçari é estratégico do ponto de vista regional por abrigar em seu território uma grande diversidade, tanto de uso e ocupação do solo quanto de recursos naturais. No entanto os danos e riscos ambientais foram se acumulando ao longo do tempo, gerando pontos críticos, como a degradação das dunas de Abrantes, lagoas de Jauá, Arembepe, Guarajuba e Itacimirim. No tocante ao uso e ocupação do solo, o município possui diversas atividades industriais, comerciais e de serviços, além de outras, nas áreas agrícola e pecuária, extração vegetal e mineral. É considerado, também, forte vetor de expansão imobiliária residencial na orla.

O município faz parte da Área de Preservação Ambiental (APA) Joanes Ipitanga, juntamente com os municípios Salvador, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Dias D'Ávila e Vera Cruz, abrangendo uma área total de 64.463 hectares. Sua criação data de 1999, pelo Decreto Estadual nº 7.596, e é de fundamental importância para proteção dos mananciais dos Rios Joanes e Ipitanga, que servem para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador.

2.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO

A qualificação da mão de obra é medida de acordo com o grau de escolaridade dos trabalhos formais. Camaçari ocupa a 4ª posição no estado, mas isso não reflete o perfil da população residente, uma vez que a maior parte dos assalariados qualificados não mora no município. O produto municipal representa a riqueza total gerada e põe Camaçari na 2ª colocação, sobretudo em razão da atividade industrial.

O Índice de Desenvolvimento Social – IDS, por sua vez, foi apurado em 2000 e situa o Município no 10º lugar na classificação estadual. Engloba a saúde (medida pelos profissionais, estabelecimentos de saúde, vacinação e quantidade de leitos), educação (número de matrículas no ensino formal, do pré-escolar ao nível superior), serviços básicos (consumos de água tratada e energia elétrica) e renda média dos chefes de família.

Os setores de saúde e educação têm sido os principais responsáveis pela baixa classificação do Município, respectivamente, no 34º e 85º lugares. Em contrapartida, os serviços básicos e a renda média contribuem positivamente, mas refletem a situação específica do setor industrial no território, não revelando, por conseguinte, um retrato fiel desses segmentos.

Em 2000, Camaçari registrou 161.727 habitantes e a população estimada para 2004 foi 186.399. A taxa média geométrica de crescimento anual tem sido de 4,5% nos últimos 20 anos, com picos de incrementos periódicos relacionados aos ciclos de

crescimento industrial. O ambiente socioeconômico de Camaçari faz da imigração o mais relevante fator demográfico com impactos nas políticas públicas.

O percentual da população com perfil urbano é de 95%, dos quais 78,75% encontram-se em idade economicamente ativa, composta, em sua maioria, por 44,5% de jovens até 25 anos.

Mais de 85 mil pessoas (45,42%) estão em idade escolar, entre 5 e 24 anos. Frequentam escolas ou creches 37,8%, aproximadamente 9,7% com 10 anos ou mais, não têm escolaridade ou possuem menos de 1 ano de estudo; e apenas 14,6% obtiveram mais de 11 anos de instrução.

Embora o PIB per capita do Município se situe em R\$ 6.482,95, o rendimento nominal médio mensal apurado em 2000 foi de R\$ 410,00, sendo esse mesmo quociente equivalente a R\$ 488,98 para homens e R\$ 283,35 para mulheres. Aproximadamente 1/3 da população em idade ativa recebe até 2 salários mínimos, 12,30% de 2 a 5 salários mínimos e 5,21% têm rendimentos superiores a 5 salários mínimos.

A origem e a composição dos seus habitantes associados à marca do município industrial conformaram uma identidade cultural e de população em relação ao lugar aparentemente destituída de simbologias. O viés urbano e jovem, a proximidade com cidades que oferecem maiores opções culturais, esportivas e de entretenimento caracterizam Camaçari como espaço de trabalho e moradia para a maioria dos residentes, que têm na sua orla marítima um espaço de lazer compartilhado com pessoas cujos vínculos do viver cotidiano estão em outros lugares.

2.4 POPULAÇÃO

A escolha de Camaçari como local para instalação de um dos maiores parques industriais da América Latina foi fator decisivo na estruturação do perfil sociodemográfico do Município. Sua localização na Região Metropolitana de

Salvador e a grande proximidade da Capital – com forte potencial de atração de mão de obra, aliada à conformação espacial do desenvolvimento econômico da Bahia – moldaram duas tendências associadas.

A primeira é representada por um fluxo de imigração relativamente constante de pessoas em busca de oportunidades, diretamente proporcional aos ciclos de crescimento do setor industrial e à redução da atividade econômica em outras regiões do estado. Embora os estudos sejam incipientes, os dados de crescimento populacional constataam essa correlação, mas ocultam sua dinâmica qualitativa interna, revelada apenas em análises muito específicas.

Há que se identificar, por exemplo, o fluxo de trabalhadores que se fixam temporariamente para atender a demandas originárias do processo de instalação ou expansão de plantas industriais, aqueles que, após o serviço temporário, fixam residência pela ausência de alternativas em outros locais, e aqueles que, efetivamente, elegem o município pela possível oferta de empregos, ou em consequência da ocupação de um cargo. Cada motivação de imigração e perspectiva de temporalidade produz impactos distintos nas políticas e nos serviços públicos municipais.

A segunda tendência está relacionada ao nível de renda de quem se fixa em Camaçari. Com um setor industrial intensivo de capital e exigente quanto à qualificação dos seus trabalhadores, os empregos oferecidos no Município possuem nível salarial suficiente para, em razão da proximidade com Salvador, estimularem seus ocupantes a residirem em locais com maior e melhor oferta de infraestrutura e serviços urbanos.

2.5 HABITAÇÃO

Ao se percorrer os bairros, distritos, subdistritos e povoados de Camaçari é visível a ocupação desenfreada do solo, onde habitações subnormais são erigidas em áreas impróprias para a construção de moradias e apresentam risco à vida das pessoas

que lá residem. Apesar de o governo atual ter investido em obras de saneamento para melhorar as condições de vida dos munícipes, ainda há um déficit em programas habitacionais para amenizar o problema do uso desordenado do solo. Inúmeros são os loteamentos e construções de imóveis irregulares, a exemplo da maior parte da área em que realizei a minha pesquisa.

Camaçari encontra-se em grave situação de subnormalidade habitacional. A falta de controle do uso e ocupação do solo possibilitou a instalação de famílias em áreas irregulares, tanto de proteção ambiental quanto em locais que levam risco aos próprios moradores. Nesta situação estão 44 assentamentos cujas unidades possuem em média 4,2 habitantes, sendo que 30% não possuem cozinha e 37% não contam com sanitários.

A renda média de 80% das pessoas nessa condição não chega a três salários mínimos e cerca de 10% sequer possui renda, buscando alternativas de sobrevivência no mercado informal.

As precárias condições de vida se refletem na segurança e em aspectos ainda mais preocupantes, como falta de educação doméstica e de consciência ambiental, agravados pela escassez de políticas públicas adequadas.

A escolha do município de Camaçari para realização da minha pesquisa deu-se em função de razões de ordem prática (MACÊDO, 1999, p. 55), tais como: o trabalho já desenvolvido na área da educação (professora desde 1986) e na assistência social (trabalhadora social desde 1995); o fato de residir no distrito de Abrantes há 43 anos (quarenta e três anos); aspectos facilitadores para locomoção no município e consequente redução de gastos financeiros, além de conhecimento da comunidade local, apesar de ser visível a migração de pessoas durante todo o ano.

O recorte geográfico, centrado em Estivas de Buris, ocorreu em função de características relevantes ali contidas que, acredito, enriquecerão o meu trabalho: segregação espacial, falta de equipamentos públicos, número elevado de famílias pobres, alto índice de violência, dentre outras mazelas que compõem o cenário daquela comunidade.

O município no qual desenvolvi a pesquisa é considerado cidade destaque na economia baiana²¹. Segundo o IBGE (2010), a população é de 242.984 mil habitantes. No tocante à chefia familiar feminina, os dados censitários de 2000 revelam que na Bahia havia um total de 1.020.605 famílias, que tinham como pessoa responsável a figura feminina, já no município de Camaçari, o total era de 12.775 famílias.

É importante destacar que em 1978, no município de Camaçari, precisamente em Arembepe, foi desenvolvido um estudo sobre “o papel sócio-econômico e o *status* da mulher chefe de família em relação à própria família”, pela pesquisadora Mariza Figueiredo (1980). Este trabalho constitui acervo bibliográfico para pesquisa sobre chefia feminina de domicílios, a exemplo dos trabalhos de Bruschini (1990) e Macêdo (2001, 2008), dentre outros.

O Censo Demográfico 2000 estimou a população de Camaçari em 161.727 habitantes (80.962 homens, 50,1%, e mulheres 80.765, 49,9%) Abrantes (27.504 homens, 50,7%, e mulheres 13.546, 49,3%). Com relação à chefia feminina na Bahia, os dados demográficos apresentam um total de 1.020.605, enquanto Camaçari 12.775 (1,25% do total).

²¹ Em 2009 Camaçari, segundo RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Janeiro a Abril/bimestre: março-abril no campo PREVISÃO INICIAL= PREVISÃO ATUAL, a renda anual é de 538.280.214,00 (quinhentos e trinta e oito milhões duzentos e oitenta mil duzentos e quatorze reais), dividido por 12 (doze) meses, teremos a renda mensal de 44.857.517,83 (quarenta e quatro milhões oitocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e dezessete reais e oitenta e três centavos).

Tabela 1 – População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos e os Bairros – Bahia

Mesorregiões, Microrregiões, Municípios, Distritos, Subdistritos e Bairros (1)	População residente									Código da Unidade Geográfica	
	Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio e sexo							
				Urbana			Rural				
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres		
Municípios, Distritos, Subdistritos e Bairros											
Camaçari.....	161	96	80	154							
..	727	2	5	402	77 068	77 334	7 325	3 894	3 431	2905701	
Abrantes.....	27	95	13	25							
.....	504	8	6	843	13 097	12 746	1 661	861	800	290570110	
Camaçari.....	116	80	57	114							
...	700	1	9	633	56 686	57 947	2 067	1 115	952	290570105	
Monte Gordo...	17	20	9	13							
	523	3	0	926	7 285	6 641	3 597	1 918	1 679	290570120	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

(1) A indicação dos Subdistritos e Bairros ocorre apenas para os Municípios que os possuem.

Tabela 2 – Famílias residentes em domicílios particulares por sexo da pessoa responsável pela família²²

Variável = Famílias residentes em domicílios particulares (Unidades)		
Ano (2000)		
Unidade da Federação e Município	Sexo da pessoa responsável pela família	
	Homens	Mulheres
Bahia	2.468.628	1.020.605
Camaçari-BA	31.992	12.775

2.6 ESTIVAS DE BURIS: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O povoamento desta comunidade se deu em função de um grupo de pessoas que, no final da década de 1980, tomaram posse de terrenos de forma irregular, na

²² Dados da Amostra

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

clandestinidade. Construíram barracos de plástico, pedaços de madeira, materiais que pudessem dar formato de “abrigo”, o que garantia o espaço privado de cada morador/a. Posteriormente, o governo municipal da época denominou aquela área de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)²³.

Estivas de Buris é uma comunidade cercada por dunas e está inserida numa área de preservação permanente. O fato de se tratar de uma comunidade oriunda de “invasão”, onde basicamente todos os moradores são de baixa renda, talvez justifique a falta de infraestrutura, de urbanização e inexistência de equipamentos públicos para atender aos moradores. A arquitetura das casas denota o baixo padrão de vida de seus habitantes, as precárias condições sociais no entorno da comunidade, enfim, um local susceptível de risco social.

Como é comum em comunidades “esquecidas” pelo poder público, Estivas também apresenta um alto índice de violência, tráfico de drogas, limites de “territórios” e se tornou “natural” a presença de jovens, adultos armados circulando pelas ruas, bem como o uso e a comercialização de drogas. Em esquinas e becos presenciam-se jovens, de ambos os sexos, e até mesmo crianças e adultos, observando a movimentação de pedestres e veículos, a ponto de estranharem minha presença e interrogarem sobre o que eu estava fazendo por ali.

Para contextualizar esse quadro instalado na localidade em estudo, trago a reflexão de Gey Espinheira (2008, p. 3):

A violência não é algo em si mesma, isto é, alguma coisa, ou que tem forma. É um fenômeno social que só pode ser capturado em suas conseqüências. Essa natureza fugidia de algo que não é concreto, mas que se realiza como ação em um dado momento e se realiza, isto é, se concretiza, mas que também tem continuidade – não em si mesma – mas em representações sociais que constituem um campo cultural que pode ser concebido como comportamento ou habitus violento, qual seja a internação de disposições para agir contra o outro, no ato contínuo, preventivamente ou a posteriori, como vingança, toda vez que este outro venha a se constituir em obstáculo, ou desafiar um ou vários códigos de preservação de arranjos de convivência e de identidades em jogo. Estes códigos estão ligados à construção de uma imagem necessária à sobrevivência em um

²³ Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): compreendem as áreas destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social, visando integrar os espaços, tais como favelas, assentamentos precários, loteamentos irregulares ou clandestinos e outras formas de moradia precária à cidade legal (PDDU, 2008, p. 10).

determinado meio social, a exemplo de liderança ou comando, o que implica em desafio à honra, à coragem etc., além de exigir atos heróicos (ou anti-heróicos) em busca de reconhecimento, da fama que alimenta o imaginário de poder e liderança.

Segundo moradores, principalmente das ruas em que realizei as entrevistas, as pessoas que residem na comunidade recebem a proteção “deles”, com a condição “de não caguetar” e ficarem de “bico calado”, conforme ressalta o depoimento abaixo:

Eles não mexe com ninguém não [...] se vai chegar um parente do interior, a gente avisa a eles que é pra não mexer, se não avisa eles vêem saber quem é [...] se a gente ver os homens, uma luz de carro, a gente avisa [...] eles só não querem a luz acesa de dez, dez e meia em diante, o vizinho deixou a luz acesa, eles quebraram, no outro dia ele comprou outra e deixou novamente acesa, eles foram e quebraram de novo ai ele não deixou mais [...] outro dia um queria entrar aqui em casa quando viu os homens, ai eu disse: você sabe que eu moro aqui sozinha com meus filhos e se você entrar aqui pode sobrar pra mim e meus filhos[...] depois procurei o chefe e falei com ele e depois o rapaz veio me pedi desculpa. (Fala de uma das entrevistadas, que mora junto da “boca de fumo”).

A naturalização em conviver com situações de “espaço, territórios” chefiados por pessoas que estão diretamente envolvidas com o tráfico de drogas é percebida na conversa com moradores locais, em especial as mulheres que fizeram parte da pesquisa, que se mostravam confiantes e seguras em se locomoverem pelas ruas, isto é, não demonstravam medo e até me encorajavam a transitar sem receio pela área.

A comunidade de Estivas de Buris está localizada no distrito de Abrantes, zona urbana da Orla de Camaçari-Ba (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, 2008). O loteamento Estivas de Buris foi aprovado pelo Decreto 2.316/93, pelo então prefeito municipal Humberto Garcia Ellery.

A comunidade de Estivas de Buris tem uma particularidade, somente uma parte de sua área geográfica é legalmente reconhecida²⁴ pelo governo municipal, a outra extremidade foi habitada mediante vendas e “doações” de lotes por políticos. Ressalto que a maioria das mulheres entrevistadas reside nesses lotes doados em

²⁴ Decreto municipal já mencionado.

época de eleição por um político, hoje vereador do município. Segundo técnico²⁵ da prefeitura local, essa parte de Estivas não é reconhecida como comunidade habitada. Percebe-se que há uma segregação espacial, de um lado, regularizado, do outro, casas, barracos, famílias, idosos, crianças, jovens mulheres chefes de família, postas à margem em decorrência da falta de rigor nas fiscalizações por parte de órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente. Gey Espinheira ressalta que:

‘Amparo da sociedade’ e o seu oposto o desamparo a produzir *desamparados da sociedade*. Em grande medida se está falando precisamente de lugares da cidade onde está concentrado um grande número de desafortunados. E essa *concentração* não é casual, mas uma determinação da sociedade de classe que estratifica as pessoas segundo seu capital financeiro, econômico, social e cultural, determinando seus *lugares* na sociedade e no espaço urbano.

A estratificação urbana é nítida e as palavras ‘periferia’ e ‘popular’, estão a indicar *descentralização*, afastamento e isso que dizer: urbanização precária (serviços e infra-estrutura deficientes ou inexistentes), moradia exígua e desconfortável e muitas vezes insegura; feiúra, insalubridade e outras deficiências que atormentam os moradores (2008, p. 12).

A comunidade conta apenas com duas instituições voltadas à área socioeducacional como estratégia de sobrevivência às mães chefes de família daquela comunidade. São equipamentos comunitários valiosos, segundo os moradores, pois as mães que trabalham e não contam com uma rede familiar e de solidariedade eficaz, usufruem dos serviços prestados pelas mesmas. Vale ressaltar que a Creche Esperança da Estivas, a primeira a se instalar ali, atende em turno integral e as mães ajudam nos trabalhos diários. São recebidas doações de voluntários, empresários e pessoas intituladas padrinhos e madrinhas de crianças matriculadas. A ONG italiana Ágata Esmeralda, representada na Bahia pela Conexão Vida, é uma parceira da Creche, que atende mais de 150 crianças.

Já o CEZA (Centro de Ação Comunitária – Zilda Aranha), que visa minimizar as mazelas oriundas da questão social naquela comunidade, tem como parceira principal a Igreja Batista de Villas do Atlântico, conta com uma equipe de profissionais qualificados (nutricionista, médicos, dentistas, pedagogos, assistente social, advogados e administradores).

²⁵ Geólogo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR.

Basicamente, os moradores da comunidade, além de templos evangélicos, e terreiros de Candomblé, somente contam com essas duas instituições. Escolas, supermercados de grande porte, padaria e serviços médicos, segurança pública, transporte coletivo são encontrados nas comunidades vizinhas. Para ter acesso ao Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), atendimento médico 24 horas, ambulância, assistência social (CRAS), correios, casa lotérica, serviços bancários, lojas, dentre outros serviços, a comunidade se desloca até Abrantes e Buris.

Por outro lado, é comum encontrar “botecos” nas ruas de Estivas onde é constante a presença de homens, principalmente, que conversam, bebem e, assim, vivem o seu cotidiano, “esquecendo” das condições de sobrevivência a que a vida lhes submete.

No primeiro semestre de 2009, como já sabia da existência da Creche da Estivas e conhecia a principal responsável, comecei a frequentar aquela Instituição, já com a intenção de explorar o fenômeno chefia família feminina²⁶.

Ao iniciar o trabalho de campo sabia que se tratava de uma comunidade carente, pobre, caracterizada por ruas estreitas e pouco limpa, a arquitetura das moradias inacabadas ou muito precárias, falta de saneamento, segurança, difícil acesso em alguns locais, inviabilizando a passagem de veículos, o que realmente se confirmou.

Entretanto o que mais chamou atenção foram as diversas formas de viver e sobreviver das mulheres que chefiam suas famílias, a impressão que tinha é que iria encontrar mulheres que limitavam suas vidas a conseguir sobreviver em meio à pobreza, à negação de direitos, sem disposição para investir em sua imagem pessoal e sem espaço para lazer. Algumas mulheres que entrevistei, apesar das dificuldades que enfrentam, costumam ter cuidado com sua aparência, desejam ficar bonitas, fazem suas unhas e são vaidosas.

²⁶ Ver, por exemplo, Franco (2009), em que o meu contato com as mulheres deu origem a um artigo no qual enfatizo a problemática, apresentado no 4º Encontro Nacional de Política Social – UFES.

2.7 MÃO DE OBRA DOS RESIDENTES DA ESTIVAS

Os moradores da comunidade ou subdistrito Estivas de Buris, na sua maioria, são trabalhadores inseridos no mercado informal, os homens na construção civil, “pedreiros”, e as mulheres são basicamente inseridas nos trabalhos domésticos, sendo absorvidas em mão de obra precária, isto é, sem as garantias trabalhistas, ou limitam-se a executarem serviços como diaristas. Há um contingente de pessoas desempregadas e os ditos “biscateiros”.

2.8 OCIOSIDADE DOS JOVENS

Do total de 13.958 da população masculina de Abrantes, ao somarmos os resultados parciais das faixas etárias compreendidas entre 10 e 24 anos, encontramos um total de 4.720, ou seja, um percentual de 33,8% de jovens, ressaltando que as faixas variam de 01 ano até 80 anos ou mais. É marcante a presença de jovens, principalmente negros, perambulando pelas ruas da comunidade, o que denota exclusão nas políticas de educação e de emprego que lhes garantam o direito de serem cidadãos.

São essas carências sociais que contribuem para a construção da violência como uma forma de ser na sociedade. As falhas institucionais repercutem diretamente nas condutas individuais. São as instituições que orientam os indivíduos, de tal forma que a vida social impõe, necessariamente, a lógica do social sobre o individual, mas quando as instituições não são capazes de orientar, acolher e condicionar a vida social, os indivíduos se sentem mais aptos a escolher entre seguir as normas e as leis ou menosprezá-las e mesmo transgredi-las. Em outros termos, quando o indivíduo não é marcado por um papel social definido – porque todo papel social prescreve normas de conduta e objetivos a realizar –, ou seja, quando não se sabe quem é e o que faz, ou ainda, não é reconhecido socialmente como um agente social válido, esse “ninguém” é desvalorizado e sua visibilidade social é de *vagabundo*: aquele que leva uma vida errante, vadio, mundeiro, leviano, entre outras acepções (ESPINHEIRA, 2008, p. 11).

Este trabalho, que teve como recorte social e geográfico a comunidade de Estivas de Buris, localizada no município de Camaçari, de onde pude desenvolver minha pesquisa junto a famílias de classes populares chefiadas por mulheres, contribui

para ampliar meus conhecimentos enquanto pesquisadora, o que, na condição de assistente social, era limitado diante do conceito de família e sua pluralidade de arranjos familiares, ampliando a visão de família enquanto instituição multifacetada.

Nesta pesquisa, a categoria família estudada ou organização familiar (NEVES, 1985) se apresenta enquanto tipologia de arranjo familiar em que a mulher, na escala hierárquica, denomina-se a chefe de família, muito embora a estruturação familiar possa ter, na sua composição, a figura “masculina”. O fato de ter encontrado no meu universo uma família cuja figura do cônjuge é também uma mulher, intitulada pela entrevistada como sendo “minha companheira”, confere à pesquisa uma nova perspectiva, qual seja, embora pesquisas (MONTALI, 2006) apontem para domicílios com a presença masculina, a mulher é quem chefia ou é vista como coprovedora, pode-se, também, encontrar domicílios em que a mulher é a “chefe”, mas o papel de “provedor” é desempenhado por outra mulher, denominada cônjuge na composição familiar.

De fato, decidi trabalhar na pesquisa domicílios chefiados por mulheres, concebendo-os enquanto “formas não nucleares” (MACÊDO, 2009, p. 12), ou seja, compostas não somente por filhos menores, alguns desses matriculados na creche já mencionada, como, também, família com filhos maiores, entretanto “dependentes da genitora (no meu universo encontrei cinco famílias nessa condição, todavia em apenas três dessas os filhos residem no mesmo domicílio, sendo dois destes dependentes químicos e outro com problemas de ordem neurológica – epilepsia e retardo mental)²⁷.

É preciso olhar estes “achados”, como bem diz Carvalho (2006), no seu movimento de organização-reorganização que dá visibilidade a novos arranjos familiares entre si. Isso remete a repensar a naturalização da família como ponto de partida para concebê-la enquanto grupo social. Minha concepção de mulher chefe de família limitava-se apenas a entender esse arranjo como uma composição de mãe com

²⁷ Vale salientar que estas informações foram dadas pelas próprias genitoras.

filhos e/ou agregados. Nesta perspectiva, concordo com a reflexão de Macêdo (1999, p. 76) que, ao também pesquisar sobre a chefia familiar feminina, salienta:

[...], desde a formulação da proposta inicial de investigação, quando falava em chefe de família, fazia sempre a imagem - e exclusivamente - de uma mulher sem marido, seja por motivo de separação, falecimento ou mesmo pela ausência de casamento ou ausência de coabitação, que vivesse com seus filhos, e acolhesse, eventualmente, algum parente. [...] ao pensar a chefia feminina como sinônimo de ausência de masculina [...].

Isso mostra que a pesquisa de campo nos possibilita uma maior visibilidade da diversidade que são os lares chefiados por mulheres e que os dados quantitativos oferecidos pelos censos demográficos nem sempre abarcam a complexidade do que se pode definir como chefia feminina de domicílio, tampouco oferecem condições de se discutir as categorias gênero, raça/etnia, escolaridade. Macêdo (2008) enfatiza que, especialmente no Brasil, as informações desagregadas dos institutos de pesquisa, na perspectiva de fornecer um perfil no tocante ao fenômeno chefia familiar feminina em expansão, objetivam somente “copilar, descrever e detalhar informações estatísticas [...]” que subsidiem o “aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros e brasileiras, associada à sobremortalidade masculina” (p. 390).

Na mesma linha de pensamento, Goldani (2000, p. 2) critica os dados censitários quando os seus “achados” limitam-se a dados estatísticos sem explorar aspectos relevantes que extrapolem o quantitativo da vida dos indivíduos, o que leva a autora a salientar que os pesquisadores deveriam ter como

[...] preocupação central o conhecimento das dimensões plurais da vida, tratando de identificar o melhor possível as igualdades, desigualdades, e diferenças. Só assim essas pesquisas lograriam traçar um perfil fiel da qualidade de vida da população, suas carências e demandas.

A partir dos dados obtidos durante o trabalho de campo, pude agrupar as características sociodemográficas e o perfil das mulheres chefes de famílias de classes populares.

2.9 AJUSTANDO O FOCO NA CATEGORIA CHEFIA FAMILIAR FEMININA EM ESTIVAS: OS NÚMEROS

Através do contato constante com as mulheres protagonistas desta pesquisa, quer seja pessoalmente ou por telefone, pude descobrir que, por trás de uma trajetória marcada por tantos sofrimentos, alcoolismo, drogas, perda de autoridade, submissões, passividades, espancamentos, tristezas, entre outros aspectos, pude encontrar um caminho percorrido (e a percorrer) repleto de experiências que fizeram estas pessoas capazes de enfrentar dificuldades para sobreviver numa sociedade desigual, cujas oportunidades no mercado de trabalho desconsideram direitos sociais.

Quanto ao início da vida conjugal, é importante registrar que todas conviveram na condição de cônjuges, o que quer dizer que não encontrei nenhum caso de solteira com filhos. No universo pesquisado encontrei 03 viúvas, 01 convivendo com uma companheira, 01 convivendo com um companheiro e 05 solteiras. Somente uma das mulheres declarou ter tido apenas um companheiro, sendo os seus sete filhos oriundos desta relação. As demais constituíram sua prole através de uniões sucessivas, relacionamentos duradouros ou namoros esporádicos.

A maioria das mulheres entrevistadas é oriunda do interior do estado da Bahia, sendo apenas 20% de outros estados, e o que se conclui é que, ao juntarmos as demais informações referentes à origem/naturalidade, verifica-se que 80% das entrevistadas são baianas. Tem-se a constatação de que todas são migrantes, portanto, não são oriundas do município em que atualmente residem.

Relativamente à cor/etnia, quando associada a gênero e classe social, durante as entrevistas uma das mulheres entrevistadas, visivelmente negra, informou ser morena, o que pode revelar a não aceitação de sua condição de raça.

Diferentemente de Betânia²⁸, comprovadamente negra, que se esconde na “cor morena clara”, Tânia e Josefa não temem reconhecer sua etnia, da mesma forma que Tânia não se importa com a discriminação de religião (inclusive, no dia da visita, a mesma trajava roupas típicas do Candomblé e também estava se dirigindo à “Roça”).

Carloto (2005, p. 9), ao refletir sobre chefia feminina e etnia, esclarece que: “A relação entre monoparidade e etnia expressa condições de vida ainda mais difíceis para esses grupos”. Ainda acerca dessa relação e suas consequências para as mulheres, que, como Josefa, são rotuladas socialmente se no seu perfil estão associados sexo-etnia-classe social, pondera Crenshaw (2002, p. 117), ao discorrer sobre tal interseccionalidade, nos mostra que:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

2.10 HABITAÇÃO

As mulheres almejam ter assegurado o direito à moradia e à alimentação, o que consiste em fonte de segurança para enfrentarem intempéries e outros riscos cotidianos a que famílias chefiadas por mulheres de classes populares estão sujeitas.

Ter uma casa própria parece ser o sonho da maioria das mulheres, apesar de não ser a casa dos sonhos, como é sinalizado por Glória. “Eu sempre sonhei em ter uma casa boa, banheiro bem feito, bonito, nunca tive uma casa boa, agora tenho uma casa pela metade [...]” (Glória, 43 anos).

²⁸ Os nomes das mulheres entrevistadas são fictícios, de forma a preservar o anonimato das informantes.

Esse “sonho” quando sonhado por mulheres com um perfil semelhante ao de Glória (43 anos, pensionista) remete à fala de Carvalho (2003, p. 8), para quem “as famílias sob a responsabilidade feminina geralmente são marcadas pela precariedade de renda e condições de subsistência”. Conforme relatam as demais mulheres entrevistadas:

A casa que a gente mora é da creche (cedida) (Marta, 45 anos).

A casa é da creche [...] (Fátima, 45 anos).

Um irmão pedreiro para construir. Cobria as despesas junto com minha mãe, outro mês comprava material - telhas e madeira doação. Meu ex-padrasto me ajudou muito na construção de minha casa, teve outros amigos também - dá adjutório.

[...] eu não tenho a casa dos meus sonhos, pra vida que tenho eu me enxergo uma vitoriosa - uma mulher ter 07 filhos, misericórdia! Eu não me arrependo (Beatriz, 37 anos).

O cotidiano se refaz por meio de um ciclo de solidariedade, como ressalta Sarti (2007), no qual a família, ao invés de se constituir em um núcleo, se estende sob a forma de uma rede de solidariedade, como se pode perceber em um dos depoimentos acima. Outro destaque na fala acima diz respeito à realização de um sonho: ter sua casa, um abrigo, mesmo sendo uma simples casa, mas o fato de saber que é sua, construída com muito esforço e ajuda, o que as faz se sentirem vitoriosas, apesar das dificuldades enfrentadas.

2.11 TRABALHO

As duas entrevistadas que têm maior escolaridade são, justamente, as que têm um trabalho mais regular. Joalice tem sua carteira de trabalho assinada, enquanto Sofia realiza faxinas regulares, ou seja, os domicílios onde esta trabalha como diarista têm uma rotina de regularidade semanal. Já Josefa, para responder às necessidades básicas no tocante às despesas domésticas, recorre a “bicos”, muito embora suas oportunidades de se inserir no mercado de trabalho sejam limitadas pela informalidade, uma vez que não dispõe de um trabalho formal, com salário fixo, que

lhe garanta a sobrevivência sua e de seus filhos, como podemos verificar na sua fala:

Fui vender churrasquinho na praia, só vendeu um pouquinho. Eu tô pensando nessa semana não sei o que vou fazer, eu já tô pensando em ir na Prefeitura. [...]. Tô nessa luta com esses filhos, precisando de um emprego pra eu viver com esses meninos (Josefa).

Observa-se que a ocupação das mulheres no mercado de trabalho está diretamente relacionada com o trabalho informal, conforme já sinalizado por pesquisadores que discorrem sobre este tema. Pode-se, deste modo, salientar que as precárias condições de vida das famílias que têm a mulher como responsável principal encontram-se diretamente relacionadas com a baixa remuneração que recebe. Por exemplo, Butto (1998, p. 72) ratifica essa realidade a partir de um recorte de gênero:

As famílias chefiadas por mulheres estão predominantemente entre os setores mais pobres da população, porque essas mulheres têm a capacidade de ganho mais baixo do que os homens e não porque ganhem menos que outras mulheres ou tenham mais crianças ou suas famílias tenham menos adulto [...]; não é a composição interna dessas famílias o elemento gerador da pobreza, mas sim a condição de trabalho das mulheres que as chefiam.

As mulheres entrevistadas que realizam atividades laborais remuneradas estavam inseridas da seguinte forma no mercado de trabalho: doméstica com carteira de trabalho assinada apenas 01, seguida de 05 diaristas e 01 doméstica, entretanto está no mercado informal, apenas 01 é pensionista, renda esta oriunda da condição de viúva, já que o companheiro falecido estava regularmente vinculado à Previdência Social, era caseiro, e, finalmente, 02 correspondem a mulheres que são manicures e donas de casa, conforme as mesmas se intitularam.

Quanto à faixa etária dos filhos das entrevistadas, a maioria está entre 06 a 10 anos, seguida de 0 a 5, e logo após um grupo com idades entre 11-15. Portanto, há de se considerar que o maior número de filhos das famílias pesquisadas encontra-se na fase da pré-adolescência sob a responsabilidade de chefia feminina que necessitam encontrar equipamento público ou comunitário para poder inserir seus filhos e, com isso, ter condições de trabalhar para a provisão familiar.

Quanto ao número de filhos, apesar de pesquisas revelarem a queda da fecundidade nas últimas décadas²⁹, foram encontradas 02 famílias com cinco filhos, 01 com seis filhos³⁰, 03 com sete filhos, 01 com dez filhos, sendo a faixa etária que mais prevalece entre as idades de 05 a 10 anos. Quanto aos filhos caracterizados aqui, teve-se como recorte apenas os que residem com as genitoras, sendo, então, contabilizados apenas os ditos “dependentes”. Convém salientar que os dois filhos maiores de idade que residem com suas mães não estudam nem trabalham, dependendo exclusivamente da renda destas.

Das mulheres entrevistadas, 7 possuem idades que variam entre 33 a 40 anos. Logo, tem-se um grupo de mães em idade ativa para inserção no mercado de trabalho, entretanto nove das 10 entrevistadas encontram-se exercendo atividades laborais precárias, sem garantias trabalhistas.

Entre as 10 entrevistadas, apenas uma declarou não exercer atividade laboral, alegando a necessidade de cuidar do filho caçula e, quanto à renda, apresentou apenas a oriunda do Programa Bolsa Família (R\$ 134,00) e salientou que recebe muita ajuda em forma de gêneros alimentícios. A relevância da maior ocupação diz respeito à categoria diarista, o que leva a uma análise de como está distribuída a inserção das chefias femininas das classes populares no mercado de trabalho, donde se conclui que estão sujeitas à desproteção do sistema de garantias trabalhistas, a precárias condições de trabalho e, conseqüentemente, a salários baixos cuja diária varia de R\$ 25,00 a R\$ 50,00. Constata-se, nesse sentido, que a crise oriunda da reestruturação do capitalismo no final do século XX, que assolou a economia brasileira e desmantelou o mercado de trabalho, atingiu de forma desigual as famílias brasileiras e, no caso específico das famílias residentes na Região Metropolitana de Salvador, as conseqüências da crise recaem mais drasticamente sobre as famílias formadas por “mães e filhos” (BORGES, 2007, p.192).

²⁹ Ver, por exemplo, Goldani (1994).

³⁰ Cabe destacar que essa mulher pariu 12 filhos, mas morreu a metade, conforme revelou no ato da entrevista.

2.12 BOLSA FAMÍLIA – ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Segundo informações da Secretaria de Camaçari que administra o Programa Bolsa Família, o município, no mês de novembro de 2010, tinha 19.796 (dezenove mil setecentos e noventa e seis) famílias recebendo o benefício concedido por este programa.

No universo pesquisado apenas uma entre as dez mulheres não recebe o benefício assistencial, sendo o fator responsável por tal bloqueio o não cumprimento de uma das condicionalidades impostas pelo programa: a permanência dos filhos na escola. Conforme relatado durante a entrevista, várias são as razões que levaram seus filhos para fora do âmbito escolar. Segundo Tânia, o mais velho encontra-se em “obrigação na Roça”(refere-se à casa de Candomblé), o segundo filho, devido à idade (15 anos), foi matriculado no turno da noite e, por ter presenciado uma situação envolvendo estudantes daquela Unidade de Ensino onde estava matriculado, que envolvia a comercialização de drogas, ele ficou com medo e não quis mais ir para o colégio. O terceiro filho evadiu-se do colégio porque a sua frequência foi confundida com a de um homônimo, o que o exclui automaticamente, e o quarto foi devido ao fardamento incompleto, que, segundo a mãe, o mesmo foi impedido de continuar assistindo às aulas. Cabe destacar que essa condicionalidade culmina por descaracterizar o Bolsa Família enquanto direito, uma vez que impõe critérios seletivos para fazer jus ao seu recebimento.

Para a maioria das famílias analisadas, o Programa Bolsa Família se constitui uma estratégia de sobrevivência, com o valor recebido com certeza não apenas o pagamento da “cesta básica” está garantido, como, também, a compra do botijão de gás e a conta de energia, muito embora o valor recebido não denote garantir estas despesas, mas o mesmo é planejado para essa finalidade.

Ao juntarmos os dados relativos à escolaridade e trabalho, verificamos que ambos formam um dos indicadores de pobreza a que as famílias analisadas estão submetidas. Apesar de 6 mulheres terem estudado da 5ª à 8ª série, apenas uma delas tem as garantias trabalhistas, muito embora na sua fala declare que sua patroa

não lhe dá o direito de ir ao médico. É importante salientar que todas as mulheres da pesquisa não frequentam a escola atualmente.

Carloto (2003/2004, p. 9) coloca que um dos obstáculos que as mulheres chefes de família enfrentam para continuar seus estudos está associado à falta de oportunidades de acesso a programas de educação formal que atendam às necessidades e dificuldades que enfrentam, o que, certamente, se reflete em suas experiências, conforme se pretende demonstrar no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – PERCORRENDO SUAS EXPERIÊNCIAS

Este capítulo traz o que posso chamar de miolo da minha pesquisa. Nele, analisarei questões da vida cotidiana destas mulheres, suas experiências de vida, as sucessivas ausências de meios e subsídios que lhe deem condições para enfrentar episódios fortuitos que podem estar atrelados à vulnerabilidade social instalada nos domicílios que chefiam. Ressalto que, além das questões objetivas que tracei no roteiro da entrevista, pude, através da observação e das respostas dadas pelas entrevistadas, encontrar uma diversidade de problemáticas camufladas no fenômeno chefia familiar feminina, que reforçam ainda mais a situação de carência e o significado desse fenômeno na vida destas famílias chefiadas por mulheres.

Vale salientar que a família é pensada enquanto primeiro grupo de proteção social, espaço onde os indivíduos constroem sua identidade e elaboram subjetividades, tais como o pertencer a um grupo familiar, pautadas em regras e normas sociais.

Maria do Carmo Brant de Carvalho (2005, p. 271), ao discorrer sobre a relação entre família e esfera pública, expressa que:

A família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade. É um campo de mediação imprescindível.

Nesta perspectiva, este capítulo irá contextualizar aspectos relevantes da vida destas mulheres, isto é, as categorias já sinalizadas num confronto entre a minha visão limitada do fenômeno com as respostas e realidades empíricas que ultrapassam os limites teóricos, como analisa Maria Luiza Carvalho (1998, p. 75) numa discussão acerca das problemáticas tidas como alvo de políticas sociais. A autora ressalta que há uma diversidade de situações associadas, por exemplo, no “fenômeno das famílias ou domicílios chefiados por mulheres”. Isto foi comprovado quando o meu olhar foi além das estratégias de sobrevivência.

Outro fator que também contribuiu para a não manutenção do padrão tradicional e que merece destaque é o aprofundamento da pobreza em decorrência da crise econômica. Segundo a pesquisadora Inaiá Carvalho (2003, p. 7), os padrões de organização do grupo familiar, cujos papéis são previamente definidos socialmente, podem favorecer a ampliação das separações, bem como o aumento do fenômeno famílias monoparentais, chefiadas, sobretudo, por mulheres, em virtude da precarização do mercado de trabalho que, nas três últimas décadas, contribuiu para a ampliação do desemprego, que atingiu, em grande escala, o homem.

Outro aspecto relevante diz respeito aos acontecimentos inesperados na vida de três das mulheres que participaram desta pesquisa. Refiro-me à minha frustração quando, no final das entrevistas, senti necessidade de um encontro coletivo para uma reflexão em conjunto. Entretanto a prisão do filho de uma das mulheres pesquisadas e de um sobrinho de outra mulher, além da ingestão de ‘chumbinho’ e a prisão de filhos de uma mesma mulher do universo da pesquisa, foram motivos fortes que impediram a realização do encontro e deixaram uma pergunta no ar: como driblar, no contexto sociofamiliar, situações de pobreza, manutenção familiar, carência material, afetiva e de proteção social do Estado em meio a um espaço público que não oferece condições nem suporte para a sobrevivência das famílias chefiadas por mulheres de classes populares?

Estes aspectos, bem como as categorias efetivamente pensadas, tais como: condição de chefia familiar de domicílios, estratégias de sobrevivência, o cotidiano (organização cotidiana dos domicílios, o tempo-espço privado e público), as redes sociofamiliares, o lugar das políticas de renda mínima – Bolsa Família na vida destas mulheres, enfim, subsídios relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, serão abordados neste capítulo.

O dia a dia destas mulheres é marcado por uma superposição de papéis: manutenção financeira, cuidado com a casa e o cuidado com os filhos, a partir dos quais desenvolvem estratégias de sobrevivência, enfrentam a responsabilidade de assumir a chefia familiar, rearranjam o cotidiano para driblar as “faltas” e organizar as tarefas domésticas, de modo a conciliarem cuidados e manutenção financeira do grupo familiar.

Beatriz, por exemplo, constitui família ainda adolescente e se desdobra com perseverança e determinação para trabalhar e estudar concomitantemente, ao mesmo tempo em que passa a assumir o papel de chefe de família.

Eu trabalhava como escrava porque no mercado e em casa [...] eu já tinha consciência de que eu tava pegando uma carga com 15 anos ter filho, moramos um ano e seis meses na casa dos pais dele. Eu continuei estudando, mesmo depois de separada (Beatriz, 36 anos).

Acordo todo dia 05h da manhã, lavo roupa, limpo a casa, se aparecer cliente paro tudo. Pra se organizar a gente tem que ter cabeça (pique e cabeça), se não for de força de vontade... eu vou conseguir (Tânia, 35 anos, manicure).

Nas classes populares, a mulher, desde a infância, exercita os papéis a ela designados, cuida das tarefas domésticas – lavar, passar, cozinhar; todas as meninas trabalham como donas de casa e assumem as práticas de maternagem junto aos irmãos (ãs) mais novos (DUQUE-ARRAZOLA, 1997). A dinâmica familiar está estruturada no exercício de distintos papéis e responsabilidades para homens e mulheres, o que configura a divisão sexual do trabalho desde a infância. Deste modo, aprende que este é seu destino “natural” e, portanto, considera o fato de encontrar um companheiro e ter filhos uma espécie de prêmio, afinal estará cuidando de sua própria casa e filhos (TAVARES, 2010). Entretanto espera que o homem cumpra o seu papel de provedor e, quando não acontece, percebe-se como “escrava”, na medida em que deve trabalhar para garantir o sustento da família, sem se descuidar dos afazeres domésticos.

A conciliação de estudos e trabalho para garantir o sustento do grupo familiar, conforme evidencia Beatriz, denota a vontade de superar o quadro atual em que está vivendo, a expectativa de inserir-se no mercado de trabalho formal em função da “expansão da escolaridade” a que as mulheres têm tido acesso, conforme lembra Bruschini (2007).

De fato, numa sociedade que atende aos ditames da política econômica neoliberal e marcada, sobretudo, pelo desemprego estrutural, a baixa escolaridade ou a ausência desta constituem fatores determinantes na inserção da mulher no mercado de trabalho precário, sem garantia de direitos trabalhistas.

No contexto pesquisado, três das dez mulheres entrevistadas atribuem a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal à baixa escolaridade, o que leva à exclusão e à possibilidade de conseguir trabalho decente. Por isso, Marta, ao refletir sobre as dificuldades que enfrenta enquanto diarista, tem a preocupação de incentivar as filhas para não passarem, também, pela falta de oportunidade que ela e outras mulheres sentem na pele, conforme os relatos abaixo:

São tantos motivos, eu acho, eu tiro por mim; falta de estudos, de ter um grau de cultura, aquilo que você adquire cultura, boa aparência, se você sabe se expressar, as pessoas reparam tudo, bem vestida, tem gente que não fala nem mais comigo; se eu não tivesse parado de estudar, eu não ia ser rica eu ia chegar ao mercado de trabalho e disputar uma vaga de igual pra igual, mulher sem estudo não vale nada, ela não é nada na vida. [...], se eu tivesse estudos... sem estudo você não consegue nada; a briga com as minhas filhas pra elas estudarem, não obrigo pra aprender a arrumar a casa (Marta, 45 anos, estudou até a 5ª série, trabalha como diarista).

Se eu tivesse meu estudo tava com um trabalho melhor, não tava dependendo da casa de família (Sandra, analfabeta, 33 anos, nunca estudou, diarista).

Ao analisar determinadas situações vividas pelas entrevistadas, constatei que, apesar dos vários problemas que enfrentam, conseguem conciliar as atribuições tanto da vida privada quanto da pública, são mulheres que não têm por quem esperar, por isso assumem a “carga” que a vida lhes reserva e seguem em frente.

Nesta perspectiva, Favaro (2010) traz uma contribuição relevante no que se refere às diferentes facetas do fenômeno da chefia familiar feminina. A autora, ao se basear em Bilac (1991 *apud* FAVARO, 2010) e sua analogia entre a dinâmica de domicílios chefiados por mulheres de classes médias e altas e aqueles chefiados por mulheres pobres, isto é, de classes populares, lembra que enquanto um número significativo de mulheres pertencentes às classes médias e altas assume a chefia na posição de profissionais qualificadas, encarregando as tarefas do lar às empregadas domésticas, as mulheres pobres e chefes de domicílio nem sempre têm condições de pagar a outra mulher para assumir em seu lugar as obrigações domésticas.

Essa assimetria do fator renda entre chefias de domicílio de classe alta, média e baixa faz com que os mecanismos utilizados para cumprir pelo menos três dos mais importantes papéis assumidos por mulheres responsáveis pela manutenção de seus

domicílios, a depender do pertencimento de classe social, tenha uma dinâmica diferenciada e se configure na falta de recursos financeiros, a certeza da ampliação da rede de suporte, principalmente quando o direito a políticas públicas para garantir uma proteção social eficaz inexistente. Segundo Naiff (2007, p. 17),

As famílias de baixa renda no Brasil e em outras partes do mundo enfrentam adversidades e utilizam vários recursos para garantir a sobrevivência dos seus integrantes. Elas formam verdadeiras redes sociais, redes assistenciais e de solidariedade que funcionam por vezes precariamente, nem sempre garantindo a manutenção do grupo familiar. A existência de grupos sociais inteiros dependendo de ajuda governamental para sobreviver já se constitui por si só em motivo suficiente para a aplicação de políticas de proteção sérias e intensificadas.

Diversos são os fatores que inviabilizam nas famílias de classes populares, em especial as chefiadas por mulheres, uma satisfação das necessidades básicas, o que se pode atribuir como responsável pelas más condições de vida, às mínimas chances destas serem inseridas no mercado de trabalho formal, com direitos sociais garantidos. Também a ausência de políticas sociais que possam contribuir para o suporte junto aos filhos quando na falta da mãe para protegê-los, conforme as falas abaixo:

[...] às vezes tem um emprego, um curso e não tenho condições porque tem o compromisso com horário, data, aí vai depender de uma segunda pessoa pra ficar com meus filhos, não tenho condições de pagar a alguém, nem todo dia a minha mãe pode ficar com eles (Beatriz, 36 anos, diarista).

O empoderamento³¹ de mulheres que, majoritariamente, chefiam seus domicílios nem sempre é vivido com plenitude, haja vista que a sobrecarga de trabalho, associada às condicionalidades definidas pelos programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, aumentam ainda mais suas responsabilidades. Principalmente quando têm de trabalhar para garantir “o pão de cada dia”, dependem de uma rede de apoio, assim configurada: família, principalmente avó, creches comunitárias, vizinhos, em virtude da falta de políticas direcionadas ao fenômeno em estudo. Ao refletir sobre a situação de vulnerabilidade a que ficam expostas as famílias dessas mulheres, Carvalho (1998, p. 88) recomenda a criação dos seguintes programas e ações sociais:

³¹ Ver, por exemplo, León (2000), Antônio e Curado (2008).

[...] programa de suporte à mulher trabalhadora em geral, como creches comunitárias e no local de serviço, escolas em tempo integral, programas e acompanhamento da criança no período extra-escolar, programas de alimentação comunitária, etc. [...] ações para facilitar o cumprimento de leis que determinam a participação do pai na manutenção da criança [...]. [...] programas de incentivo à geração de renda e trabalho para as mulheres chefes de família [...]. Ações de prevenção e controle de gravidez [...].

A necessidade de programas de suporte às mães, como reforça a autora, pode, de certa forma, aliviar os encargos destas, além de facilitar a sua melhoria de vida, uma vez que lhe sobrar tempo para investir em si mesmas, nos estudos. Assim, a falta de políticas que deem às mães condições de alargar seus horizontes, como na fala de Beatriz, impede a ampliação de seus conhecimentos e limita as chances de melhoria das condições de vida do grupo familiar.

Para as mães de Estivas de Buris, por exemplo, a creche comunitária atua como um suporte imprescindível, apesar de não suprir todas as suas carências do cotidiano. A necessidade de qualificação explicitada por Beatriz é inviabilizada pela dinâmica familiar, submetida a ela na condição de chefia feminina, pois a impede de alargar seus horizontes, romper barreiras. Além disso, seu relato evidencia a ineficácia de programas destinados ao controle da natalidade, o que é favorável ao acirramento das condições precárias de sobrevivência por que passam as famílias com chefia feminina.

A autoridade de mãe que assume as responsabilidades dá a Beatriz o direito de deixar claro no diálogo com os filhos que estes lhe devem obediência. Sendo assim, pode-se dizer que o empoderamento de ser chefe não garante autonomia, embora, no ato da entrevista, tenha percebido em Beatriz um ar de autoridade perante os filhos, quando a um deles pediu um café: “J., bote aí um café pra sua mãe” e ele, obediente, atendeu sem demora. Também percebi que um deles lavava uma bicicleta e, ao terminar, veio mostrar à mãe, denotando satisfação em ter realizado a tarefa e, na ausência masculina, quem sabe, viu na mãe a pessoa com quem compartilhar o fruto de seu trabalho.

Entretanto esse quadro nem sempre é evidenciado quando se trata de mulheres nessa mesma condição, a exemplo daquelas pertencentes às classes médias. Já as mulheres que estão em desvantagem, isto é, que enfileiram as estatísticas das

desigualdades sociais e de gênero e, na maioria das vezes, como no recorte social de minha pesquisa, ao refletirem sobre sua experiência de vida, afirmam:

[...] somos umas vitoriosas que tá sobrevivendo sem a ajuda de homem, eu enxergo assim, a gente mesmo não querendo, a gente tá assumindo a nossa responsabilidade, eles são uns covardes. Eu enxergo eles como uns covardes, os homens que não assumem os filhos... (Beatriz).

Na expressão “covardes” soa um sentimento de revolta, quando seus ex-companheiros de suas uniões sucessivas não assumiram a paternidade e também o papel de provedor e, então, Beatriz desabafa ao relembrar esse episódio em sua trajetória de vida familiar. E, na busca de dar conta de suas responsabilidades, ela se organiza e consegue “superar” as várias tarefas a ela designadas socialmente em meio a tantas dificuldades. Para Oliveira (1992, p. 157), os domicílios onde as mulheres assumem os cuidados e a manutenção familiar, embora a concepção do ser mulher e o ser homem numa sociedade sexista persista, a ausência da figura masculina, no caso, do provedor, pode fazer com que as mulheres se sintam mais valorizadas e reconhecidas socialmente, conforme ressalta a autora:

As mulheres sem companheiro oferecem uma oportunidade socialmente privilegiada para o exame das alternativas de organização doméstica. Mulheres solteiras, separadas ou divorciadas e viúvas enfrentam a contingência de constituir um mundo doméstico a partir de outros vínculos que não o conjugal.

Obviamente que a ausência de um companheiro não constitui a única contingência relevante. Ter ou não filhos, pais e outros parentes constituem também fatores a partir dos quais se configuram as alternativas de organização do universo cotidiano.

Já nos arranjos familiares cuja renda maior é a da mulher, a existência de uma figura masculina adulta na composição familiar, mesmo sem contribuir para o orçamento doméstico, nem sempre a mesma se considera a chefe, conforme o depoimento abaixo:

[...] tem ele aí, a gente namorava, depois que a mãe dele faleceu, ele veio morar comigo, mas coitadinho, não tem emprego fixo, entrega cartas nos condomínios e ganha pouco [...] a casa é minha [...]; pego minha Bolsa Família, pago R\$ 70,00 da cesta básica, se o gás secar antes de eu pegar o Bolsa Família eu me viro [...] faço uma faxina, lavo uma roupa [...] (Sônia).

Neste relato torna-se explícito que a luta para manter as despesas do domicílio estão atribuídas a Sônia, entretanto a necessidade de se ajustar ao modelo de família nuclear, ao demonstrar que, embora o seu papel de chefia familiar de *facto* (YOUSSEF e HETLER 1983 *apud* CARVALHO, 1998), ela se sinta na obrigação de assumir o marido como o “homem” da casa, enquanto ela assume a manutenção do grupo familiar, independente da presença ou ausência masculina.

3.1 ANTES SÓ DO QUE MAL ACOMPANHADA

Para uma melhor compreensão de como estas mulheres, hoje, chefiam seus domicílios, buscou-se saber as razões que as fizeram enfrentar a dureza de ser mãe, trabalhadora e cuidadora do domicílio. São dez razões distintas, entretanto todas convergem para mulheres oriundas de infâncias mal vividas e que foram cerceadas de oportunidades que poderiam assegurar melhores condições de vida para si e seus filhos. Estas mulheres, sem vergonha, resgataram suas memórias e relataram episódios vividos em que o choro se fez presente em certos momentos e, em outros, foi substituído por risos. O que me chamou atenção, em alguns casos, foi a sensação de alívio que demonstravam por estarem extravasando suas angústias, os sentimentos de raiva guardados dentro de si.

Para estas mulheres várias são as causas que as levaram a desistir de uma vida conjugal e, respaldadas no velho ditado popular – “antes só do que mal acompanhada”, recomeçarem suas vidas. Neste sentido, algumas se intitulam “vitoriosas e guerreiras”, vitoriosas quando os filhos têm suas necessidades supridas, derrotadas quando não conseguem dar conta dos encargos a elas submetidos e, nessa instabilidade, elas terminam tendo depressão.

Interessante como Beatriz tem clareza de sua história com detalhes, como diz ela mesma, que dá para escrever um livro, o que, na verdade, deixou sequelas. Ela denota, apesar da revolta, que as marcas deixadas pelas uniões sucessivas devem ser registradas em um livro para serem parte de sua história de vida. Vejamos a riqueza de detalhes por ela relatados:

[...] depois deu muita depressão... (Josefa)

Falta de sorte, não tive sorte com homem. Convivi com o primeiro (ele tinha 20 anos e eu 16), ele me traiu e aí peguei meu filho, minhas coisas e fui embora. Do segundo filho, não disse pra ele que eu tava grávida, não fui procurar ele. Escondi três meses com medo de perder o emprego. Morava na casa de mãe e engravidei do terceiro filho... a gente foi morar no terreno dele, num barraco de plástico durante três meses - depois se separou - depois retornou, construiu uma casa - cinco anos de convivência, tivemos dois filho. Eu engravidei do 5º filho, fiquei tentando abortar, ele não queria o filho... Arrumei um paquera, depois me separei aí ele pediu pra voltar, a gente teve um filho. Vamos tentar pra ver se dá certo, essa tentativa, engravidei de novo, ele era louco pra ter uma filha. Quando descobri que tava grávida, tomei mais nojo dele, depois me separei. L. tem 02 anos, ele vem ver os filhos dele, é o único que dá assistência, ele ajuda do jeito que pode, não trabalho de carteira assinada, dá dinheiro pra comprar as coisas dos meninos, quando vem traz roupa, sapato, quando ligo, ele tá rente (Beatriz).

A chefia feminina, nas classes populares, é desencadeada por diferentes fatores, como: falta do amparo emocional e financeiro do homem (TAVARES, 2010); trama de encontros e desencontros, expectativas não realizadas, separações, novas tentativas de união que se sucedem; família desfeitas/refeitas, organização-desorganização-reorganização (VITALE, 2002; SARTI, 2007; AFONSO; FIGUEIRAS, 1995 *apud* CARVALHO, 2006).

Como bem disse Sarti (2005, p. 254), “cada família constrói sua própria história”, e com Beatriz não foi diferente. Sua história, construída sobre um alicerce de sucessivas uniões conjugais, mostra que, nessa trajetória, a entrevistada, para justificar as diversas tentativas de encontrar um companheiro que pudesse dividir com ela as obrigações e responsabilidades inerentes ao contexto familiar, passa por uniões sucessivas e, conforme pondera: “[...] cada vez que eu me relacionava com outra pessoa eu queria resolver o problema que eu estava vivendo e acabava gerando outro (Beatriz).

Essa é maneira encontrada por Beatriz para “resolver” o seu problema – conquistar a segurança afetiva e econômica via casamento. De acordo com Carvalho (2003), as mulheres, principalmente das classes populares, tomam o casamento como meio para alcançar ascensão ou até mesmo emancipação, em que o homem desempenha o papel de provedor. A mulher, no seu projeto de vida, vê no casamento a perspectiva de encontrar o apoio de que precisa para mudar de vida e,

até mesmo, ser sustentada pelo marido, o que pode ser inviabilizado, como é evidenciado na fala da entrevistada.

Já Sônia, que veio de sua cidade natal no interior da Bahia para morar com um irmão, culpa estar na situação de diarista por não ter estudado, o que elimina suas chances de conseguir um trabalho regular. De forma semelhante a Beatriz, iniciou sua vida de chefe de família ainda jovem e todas as suas tentativas de constituir um vínculo estável com os genitores de seus filhos foram interrompidas quatro vezes. Ressalta, também, que um deles não assumiu a paternidade, o que levou o seu terceiro companheiro a registrar a criança que não fora reconhecida legalmente pelo genitor nato. Nos seus relatos, de forma fatalista expõe essa sucessão de relacionamentos e convivências:

[...] com o pai de J. tivemos um caso de 1 ano e dois meses e terminou, nunca moremo junto, ele registrou ela agora com 10 anos, porque o pessoal da creche descobriu e o Conselho Tutelar deu em cima até ele registrar.

Do segundo filho T., 14 anos, já tinha J., moremo cinco anos junto eu e o pai dele, mode a mãe dele que eu era nova... achava que sei lá. Nós se separou depois voltou. Ele registrou G. como pai, G não conhece o pai dele não.

4ª filha, M., arrumei ele (pai) vivemo quatro anos, só que gostava muito de beber e se drogar..., ele é um bom pai, ele quer me governar, quer mandar em mim; M (quinta filha), também é filha dele, não ajuda financeiramente... (Sônia).

A fala da entrevistada evidencia que na sociedade atual os resquícios do patriarcalismo continuam presentes nas famílias de classe popular na contemporaneidade, quando seu companheiro se sente no direito de querer governá-la. Como ressalta Márcia Tavares (2010, p. 123), “[...] persiste o modelo familista hierárquico [...], ancorado no ideário patriarcalista, legitima a dominação do masculino sobre o feminino [...]. A dominação masculina está presente no interior do mundo doméstico [...]”.

Percebi em Sandra duas atitudes convergentes na relação homem-mulher, quando esta compara o atual companheiro com o pai de duas de suas filhas: a compreensão de que os homens, apesar de não assumirem o papel que a eles é conferido – provedor econômico do grupo familiar – o que os torna dignos de pena, têm também

um lado bom, pois assumem a paternidade dos filhos. Assim, o homem pode ser um “bom pai”, mas também “coitadinho”, na medida em que não possui um trabalho “certo” e não garante o sustento econômico da família.

O desemprego e a falta de um trabalho fixo são fatores que impedem o homem de cumprir o papel de provedor e, não raro, faz com que o mesmo se recuse a assumir a “responsabilidade” com relação ao sustento dos filhos após a separação do casal. No entanto mantém uma atitude possessiva e autoritária em relação à ex-parceira, pois, conforme já mencionado, a dominação masculina é algo aprendido e submeter a mulher, os mais jovens e idosos lhe confere a sensação de poder e atesta sua masculinidade.

A história de Sofia não é diferente, ela também veio do interior, por intermédio de um irmão, para morar na cidade de Camaçari. Seus três relacionamentos não duraram muito tempo e a percepção é de que, embora tenha suas dificuldades, ela está sempre com um sorriso, enfrenta o cotidiano e procura vencer as adversidades, conforme relata:

Na fala da entrevistada, a luta pela sobrevivência, apesar de todas as dificuldades, a faz se sentir uma mulher disposta diante das ocorrências cotidianas e independente, capaz de viver sem um companheiro que, possivelmente, poderia suprir carências e dividir as responsabilidades com ela.

Às vezes eu me sinto assim triste, às vezes me sinto feliz, uma mulher feliz, apesar de tudo que eu passei, tenho orgulho de mim, porque se eu for viver com um homem hoje e ele vier dar alguma coisa pros meus filhos e depois passar na minha cara... (Sofia, 34 anos, diarista, 03 filhos).

Quanto aos momentos de tristeza, a mesma se sente triste quando não pode corresponder às expectativas dos filhos, como a construção do quarto da filha mais velha.

Cabe registrar que o pai de seu único filho, atualmente, convive com uma das entrevistadas, ambas são amigas e vizinhas, assim como ela mantém um bom relacionamento com o ex-companheiro.

Na sucessão de companheiros de Sofia e Sandra, o álcool e outras drogas também estão presentes, entretanto histórias como a de Marta, Glória, Joalice e Fátima têm um diferencial, pois estas mulheres passaram por situações que marcaram de maneira significativa, nas quais lágrimas se fizeram presentes no momento das entrevistas, como no caso de Marta (36 anos, diarista, 7 filhos, resultado do único relacionamento com um policial militar):

Não recebo pensão do pai dos meus filhos, [...] dizem que ele ficou maluco [...] separação, abandono paterno, se tornou alcoólatra, perdeu o emprego, era militar [...] Apesar das dificuldades, acho bom, mas é muito difícil, porque eles estão aqui comigo (choro), não tá com o pai pra ser maltratado, bom porque eu cuido deles, não só maltratados como I. (a filha mais velha) estaria estuprada, ela com 05 anos e ele mandano ela lamber o dedo dele, não só com I., mas com D. (outra filha), eu durmo e acordo lembrando nisso [...]. São 03 anos de separação [...] elas não têm ideia de tudo o que eu passei com o pai delas, ele perdeu tudo, se achava que era dono do mundo. Ele largou o trabalho, começou a catar lixo, viver de cachaça. Ele tentou matar a gente, vários vezes agrediu os vizinhos, não respeitava ninguém, pai, mãe... comprava uma bombinha (vasilhame de cachaça), um cigarrinho [...].

Vários são os autores que acreditam serem os domicílios chefiados por mulheres os mais pobres (CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2003) e podemos verificar como principais fatores para essa conclusão o fato de apenas um dos genitores ser a figura central para responder a todas as demandas familiares e possuir uma renda inferior àquela exigida para assegurar uma proteção mais efetiva e atender às necessidades básicas de sua prole.

Neste caso, Marta, quando junta o benefício Bolsa Família e o valor recebido como diarista, soma-se uma renda aproximada de R\$ 200,00, e não é só isso, as precárias condições experimentadas por ela nas duas experiências de vida de mulher-mãe, tão bem colocado por Parry Scott (2002, p. 5):

Há um grande ponto de contenção na procura de entender as mulheres chefes de família. [...] De um lado temos o argumento da feminilização da pobreza que mostra como ela é vitimizada por um sistema econômico, injusta e desigual onde ela ocupa o ranking inferior. Do outro lado, tem o argumento que afastar homens improdutivos e encenqueiros do convívio cotidiano é uma prova da esperteza de mulheres que sabem o que querem.

No caso de Marta ela recebeu apoio de uma pessoa ligada a um Centro Comunitário da Igreja Católica do bairro onde residia quando ainda estava na companhia do

marido, e encontrou um refúgio, a casa onde reside, cedida pela creche. “Ele não sabe que eu moro aqui não. Ou a gente vinha morar aqui ou a gente morria”. A fuga em função das ameaças e da violência doméstica ocorrida no interior do domicílio ocasionou um processo judicial por conta de todas as atrocidades vividas pelos membros da família, principalmente pelos filhos, inclusive, em um dado momento do processo é sinalizado que a presença do genitor estava colocando em risco a integridade das crianças e também da genitora destas.

É Parry Scott (2002, p. 2) quem chama atenção sobre [...] as particularidades existente no ser mulher pobre e chefe de domicílio. Para o autor, [...] mulher chefe de família é uma condição recheada de particularidades bem identificáveis, mas extraordinariamente diversificada na ocorrência e implicações. Como se pode perceber, as circunstâncias levaram esta entrevistada a assumir tamanha responsabilidade permeada por situações que vão da ausência de responsabilidade paterna, violação de direitos das crianças quando este nega a sua participação enquanto pai e assume a postura violenta a ponto de a genitora presenciar uma tentativa de abuso sexual, que, associada à violência doméstica, faz desenvolver/emergir nos filhos, principalmente nas meninas, um sentimento negativo em relação à figura paterna.

Saffioti (2002), em sua pesquisa sobre violência de gênero no Brasil, mostra que o conceito de violência de gênero não tem somente como vítimas as mulheres³². E, como vimos no depoimento acima e Saffioti ressalta, ele ultrapassa as fronteiras e atinge crianças e adolescentes de ambos os sexos.

Semelhante à vida marcada pela violência familiar a que Marta foi submetida, Glória também teve seus maus momentos ao lado de um dos seus companheiros, de quem teve dois filhos.

A vida nunca foi fácil não (risos). Ele (pai da 1ª filha) disse que não era o pai, ela já tava grandinha e disse: sabe minha mãe umbora, deixe isso pra lá. (Quando ela tava pequena eu conheci o pai de G.; me levou pra casa dele. Um problema sério com o pai do 2º filho, acusado de ter batido em minha filha, ele foi preso e aí eu tive que largar ele, todo mundo contra mim;

³² A violência contra a mulher sempre existiu no Brasil (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

eu não queria ir pra casa de minha mãe. Eu tava passando por um problema e chegando aqui, conheci o pai do menor, ele bebia muito, não trabalhava, eu só ficava passando fome, eu mandei ele ir embora, eu tentei três vezes e não deu certo, eu desisti de tentar (Josefa).

O fato de o homem não cumprir com o papel de provedor leva a mulher a romper os vínculos conjugais, pois deixar de passar fome é algo imediato e não pode esperar, muito mais do que maus tratos e até mesmo violência doméstica. Assim, elas preferem estar sozinhas a mal acompanhadas, embora não deixem de desenvolver sentimentos ambíguos em relação à chefia familiar, conforme veremos no tópico seguinte.

3.2 SENTIMENTOS SOBRE A CHEFIA DO DOMICÍLIO

Nas famílias que têm a mulher como responsável e, particularmente, as minhas informantes, observa-se que estas são protagonistas do enredo familiar e desempenham uma série de atribuições para superar a falta de apoio da figura masculina, ou seja, além de realizar as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, as mulheres se tornam as provedoras do sustento familiar. Neste caso, a subordinação feminina restringe-se a sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que a obra feminina é submetida a trabalhos precários, com pouca segurança e baixa proteção social (MELO, 1998). Em outras palavras, quando o homem desiste de continuar ou mesmo sai de cena do espaço sociofamiliar, é a mulher quem comanda e assume total responsabilidade pelos cuidados com os filhos e, em particular, é ela quem responde direta (insere-se no espaço público, na maioria das vezes, ocupando os piores postos de trabalho com rendas irrisórias) e indiretamente (apoia-se na rede de solidariedade e, também, se submete às condicionalidades impostas por programas de renda mínima, como o Bolsa Família).

Falar a verdade, eu não tô me sentindo muito bem, a minha preocupação tá tão grande, eu tô com **medo** de não dar conta, deu morrer e largar eles aí [...]. não tenho dinheiro pra levar eles pra passear, pra comprar roupa, não tô trabalhando (Josefa).

Esse medo de não conseguir dar conta das responsabilidades pode estar associado ao volume de responsabilidade e, principalmente esta entrevistada, não contar com a rede de solidariedade, principalmente a familiar. Josefa, por exemplo, não tem membros da família residindo naquela comunidade, o que pode a levar a expressar esse sentimento de insegurança diante do experimentar a chefia familiar feminina na condição de pobreza em que ela está inserida. Nessa concepção, Carvalho (1998a) nos mostra que o acirramento da pobreza, assim como as restrições encontradas no mercado de trabalho que exclui um número significativo da parcela da população brasileira, podem, conseqüentemente, resultar na perda parcial ou total da proteção social que as mulheres chefes de família podem oferecer aos seus filhos, se comparado aos domicílios nos quais os homens chefiavam.

Quando eu comprei uma sandália pro pequeno ele ficou tão alegre; e a pessoa não tem dinheiro pra comprar uma bicicleta, os meninos na rua tudo tem bicicleta. Na escola mesmo, tô falhando na escola da maior; G. não quer estudar (filho 13 anos), disse que quer ir embora daqui, ah tem, ele tá nervoso, eu sei, ele não aguenta mais [...], criança sem infância, se preocupa com essas coisas, não tenho dinheiro pra levar eles pra passear, pra comprar roupa, não tô trabalhando. [...] esses tempos eu tô covarde pra enfrentar isso tudo, eu tô um pouco devagar (Josefa).

[...] aí comecei a trabalhar, aí não deu certo, eu bem trabalhava pra ajudar minha filha ou ajudar ele, eu era o homem e a mulher da casa (Joanice).

[...] eu não aceito fracasso de jeito nenhum [...]. eu me enxergo uma vitoriosa - uma mulher ter 07 filhos, misericórdia! Eu não me arrependo (Beatriz).

Me sinto uma mulher feliz, já sou vó de 04 netos, me sinto muito alegre na minha vida, fui mãe duas vezes, me sinto vitoriosa, nunca abandonei meus filhos, nunca dei a ninguém, só a minha mãe, eu não dei, eles é que se apegaram a minha mãe (Betânia).

Diante do desemprego ou abandono do companheiro, as mulheres enfrentam o alongamento do tempo de trabalho feminino (MELO, 1998), realizam os afazeres domésticos, cuidam dos filhos e têm que trabalhar, além de gerirem a renda insuficiente (BUTTO, 1998) para suprir as necessidades básicas do grupo familiar. Não é à toa, portanto, que seus sentimentos sejam contraditórios em relação à chefia familiar, ora se sentem felizes e vitoriosas por conseguirem criar os filhos, ora desanimadas por não conseguirem cumprir sozinhas as responsabilidades que compartilhavam com o companheiro, sentindo dificuldade em suprir as carências da família resultantes dos baixos rendimentos e do abandono do pai e companheiro.

Todavia a persistência prevalece sobre o desânimo, conforme demonstra Glória, que, quando indagada sobre o seu sentimento sobre a condição de chefia feminina, com um sorriso expõe: “[...] (risos) nem sei dizer assim por mim mesmo, sou batalhadora, nada me abala, se eu colocar na minha cabeça que não vou vencer sempre, a tendência da pessoa é cair no buraco [...]” (Glória).

Esse “nada me abala”, realmente esse sentimento de ser forte diante das intempéries da vida, foi evidenciado no final de minha pesquisa de campo. Esta mulher, quando em contato comigo na festa de confraternização da creche onde seus filhos menores recebem atenção, são matriculados e se alimentam, conforme ela mesma sinaliza em uma de suas falas, contou-me que naquela semana seu filho de 24 anos chegou em casa alcoolizado:

[...] me esculhambano, dizendo que eu apanhei do pai de meus filhos (Glória).

[...] não quero tomar aquela decisão de qualquer jeito não. Sabe como é, você tem um filho adolescente... meus filhos não obedecem, vai pra rua, vai pra praia, não querem me obedecer. Eu acho que a gente não tem que desistir nunca, a gente tem que tá em primeiro lugar, a gente não deve só pensar em trabalho não. Não tenho nada de bonito nem de importante pra falar, não eu tô dizendo a minha história não tá muito bonita não, tá um pouco triste, a minha filha não quer me ouvir, mente, não quer conversar [...] teve um tempo que ela andava com umas amigadas [...] (Josefa).

Na fala de Josefa observa-se que, embora ela sinalize que o diálogo é importante no cotidiano com os filhos e que viver não é somente trabalhar, mas sim ter a família como ponto de equilíbrio, que ela realmente assuma o papel de protetora, as dificuldades encontradas, principalmente em uma família que não responde satisfatoriamente às necessidades elementares dos filhos, como é o caso desta em destaque, tendem a impor o desaparecimento do papel primordial que cabe a essa instituição.

3.3 ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Quando se trata de uma família chefiada por mulher não é somente a dupla jornada que está em jogo, mas, também, garantir a sobrevivência, ainda mais quando se tem um mercado de trabalho que não oferece oportunidade para melhorar as condições de vida daqueles que não tiveram oportunidade de ampliar seus conhecimentos ou até mesmo impedidos de ocupar um espaço no mundo do trabalho e, quando ocupam, estão confinados a serem inseridos em atividades que não garantam satisfatoriamente a sobrevivência.

Outra situação encontrada por estas mulheres é a falta de políticas públicas que possam superar muitas das dificuldades encontradas no cotidiano dessas famílias, a exemplo de equidade de gênero no mercado de trabalho. Outra questão diz respeito a ausências de equipamentos públicos que atendam às necessidades de mães que precisam trabalhar e não contam com uma rede de solidariedade a seu alcance, como no caso de Josefa, que não pode contar com o suporte familiar próximo. Contudo a solidariedade de familiares e vizinhos é uma das estratégias de que se utilizam para garantir a sobrevivência do grupo familiar:

Eu ganho muita ajuda, vamo supor, no mercado os pessoal me dá verdura pras crianças, quando falta o gás o vizinho que mora ali bota fé me vende fiado, os pessoal daqui tudo já me conhece, posse até tardar, mas pagá eu pago e as vizinha aqui tudo confia em mim, muito até [...] (Betânia).

Muitas das dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas podem ser bem compreendidas caso se leve em consideração suas trajetórias de vida antes de se tornarem responsáveis de domicílios. Castro (1999, p. 92) ressalta que:

As mulheres em famílias monoparentais, que viriam de família constituída por cônjuges, ou seja, que foram esposas, empobrecem não porque se tornaram chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.

Carvalho (1998a) salienta que as responsabilidades relativas aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos não lhes oferece outra alternativa senão

procurar trabalhos precários e flexíveis, cuja remuneração tende a ser baixa e intermitente. Por não dispor de tempo integral, já que as atribuições inerentes à chefia feminina, principalmente se estiver inserida em classe popular, não pode contar com um trabalho que lhe possibilite auferir ganhos melhores, o que pode estar condicionado tanto ao tempo parcial que disponibiliza para o espaço público como, também, à sua pouca qualificação e reconhecimento de sua força de trabalho. Por outro lado, a renda insuficiente é compensada com a inclusão em programas de transferência de renda:

Recebo R\$ 134,00 o B. Família, às vezes que ele dá alguma coisa, uma cesta básica, ele não pode vir aqui (o pai dos 04 filhos menores) porque a casa é da creche. Eu trabalho em Salvador dois dias, faço faxina e recebo R\$ 200,00 por mês (Fátima).

Recebo o Bolsa Família R\$ 134,00, dou o do meu neto (filho de S.) (Betânia).

Certamente, o Bolsa Família tem contribuído para melhorar as condições de vida das famílias investigadas, na medida em que complementa o orçamento doméstico e confere às mulheres a condição de consumidoras. Para as mulheres investigadas, esta é uma renda “certa”, ao contrário daquela que conseguem por meio da prestação de serviços temporários e precários. Isso não significa que o programa em questão seja dotado de caráter emancipatório, ao contrário, pois, para acesso ao mesmo, as mulheres têm que cumprir as chamadas condicionalidades, o que termina por ampliar ainda mais as responsabilidades assumidas por elas.

Na certeza de que a vida lhe impõe dividir os espaços público e privado, elas driblam e aprendem a jogar com as estratégias de sobrevivência que estão ao alcance e, assim, as redes de solidariedade, como o apoio familiar, equipamentos comunitários como a creche, o Programa de renda mínima, o Bolsa Família, as atividades domésticas, onde são exploradas, principalmente por não lhes garantir um salário que possa satisfazer às necessidades básicas de seus filhos, além de não lhes dar como garantia direitos sociais, ou seja, não usufruem de um emprego formal que as valorize na condição de mulher trabalhadora.

Aí o sistema é bruto, eu tenho que fazer as coisas de noite, ai eu tenho que acordar todo mundo cedo e acordam chorano (risos).

Tem que economizar pra fazer [...] um sufoco, uma labuta grande. É difícil, mas fazer o quê, no trabalho fico com o pensamento aqui, pensamento lá, aí o juízo fica... aí tem que pegar o ônibus, a cabeça dói. Ainda tem ajudar na creche, os dias que eu fico em casa (Fátima).

Peço um dinheiro emprestado, vou na casa de minha mãe, peço ao pai desse pequeno, vou na vizinha que é amiga, ela empresta, ela vende café fiado, recebo R\$ 40,00 por faxina, o dinheiro acaba. A gente é muito corajosa mesmo, em que ter muita coragem mesmo, porque não é fácil, eu sei o que a gente passa.

A labuta para não fugir às responsabilidades faz destas mulheres verdadeiras gestoras do pouco que têm em meio a tantas necessidades do dia a dia, o que revela a preocupação em proporcionar a proteção e sustento dos filhos, principalmente garantir alimentação e abrigo. Para tanto, têm que ter “tudo na ponta do lápis”, “saber dividir” a renda insuficiente, tentar “esticar” o quanto podem o dinheiro que recebem, geralmente como diaristas ou vendedoras ambulantes e por meio de benefícios como o Bolsa Família.

E se, mesmo assim, não conseguem suprir as necessidades básicas da família, recorrem à ajuda de familiares, ex-companheiros, amigos, vizinhos, rede de solidariedade na qual se apoiam. Embora algumas contem, também, com o amparo da creche local, que lhes cede um teto onde morar com os filhos, enquanto outras se valem de cestas básicas doadas pela igreja espírita local. Na luta diária para sobreviver, as mulheres jogam com diferentes estratégias, desde atividades de trabalho precárias e informais à ajuda solidária de parentes e amigos, além de benefícios sociais e donativos de instituições filantrópicas e/ou religiosas. Dessa forma, aprendem a driblar a fome, mas também a administrarem sua própria vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesar da ideologia secular de que a família constituída por pai (provedor), mãe (cuidadora) e filhos é referência em se tratando de modelo de família, pode ser analisada se levarmos em consideração as transformações societárias, principalmente ocorridas nas últimas três décadas. Há um significativo número de mulheres que assumem a total responsabilidade dos filhos, em destaque as mulheres chefes de família, que são as principais provedoras econômicas e, associada a esse ônus, a referência para os cuidados com o domicílio e com os filhos.

A chefia feminina de domicílios consta há muito tempo na historiografia da sociedade brasileira (DIAS, 1995; SAMARA, 1998; 2002; FONSECA, 2008), em que a mulher, por diversas razões, como, por exemplo, a migração do marido em busca de trabalho, ocupava o espaço público para garantir a sobrevivência familiar, sem, com isso, deixar de cumprir os afazeres domésticos, o que, de certa forma, acarretava mais atribuições cotidianas. É sabido por pesquisadores que esse fenômeno é tipicamente urbano e, na maioria das vezes, são pobres (SCOTT, 2002; CARVALHO, 1998; WOORTMAN, 2002).

A falta de outra pessoa para compartilhar de todos esses encargos, no caso da figura paterna que desiste do papel de provedor com muita facilidade, acarreta à mulher-mãe não só os meios para a sobrevivência, como, também, as tomadas de decisão na criação e educação dos filhos.

O meu recorte social para pesquisar o fenômeno chefia familiar feminina contou com a participação de mulheres residentes numa comunidade localizada em Camaçari-Ba e, muito embora o fenômeno estudado seja “recheado de particularidades”, optei por discutir, sem pretensão de esgotar, a questão socioeconômica destas mulheres, as formas que utilizam para sobreviver, suas estratégias, como driblam e aprendem a jogar no contexto social em que vivem e sobrevivem.

Essa experiência em ser pesquisadora, apesar de o curso de Serviço Social (na minha época, 1990) não ter me despertado para tal, através de muitos esforços, força de vontade e muito gasto financeiro, tantas renúncias, principalmente de lazer, está valendo a pena. Acredito que ser assistente social é, também, estar preparada para modificar aquilo que se afirma estar pronto e acabado. Esta minha pesquisa vem mostrar que o problema existe, mas precisa ser refletido à luz de teóricos para se trabalhar perspectivas de transformação social tendo como suporte trabalhos empíricos voltados para nossa prática, enquanto profissionais mediadores das relações sociais.

A minha inquietação inicial para esta pesquisa, foi a seguinte: A necessidade de retomar a discussão sobre a instituição família deu-me mais convicção de que ela é mutável e é plural e, apesar de a discussão ser moderna, pode ser observado nos relatos das entrevistadas a importância de se cultivar valores e papéis do modelo de família tradicional. O modelo de família que se baseava em papéis socialmente construídos ao longo do período colonial, homem provedor, mulher cuidadora do domicílio e da prole, a tão conhecida família patriarcal, desde o final do século XX (OLIVEIRA, 2005) iniciou o declínio de seu apogeu. Mudanças sociais, como a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho. A década de 1970, com o crescimento e a urbanização, favoreceu a mão de obra feminina.

Na busca de um companheiro que garanta a sobrevivência familiar e, em certos casos, mesmo quando este não responde a essa expectativa, continuam tendo o lugar de destaque de “marido”.

A participação das mulheres brasileiras no mundo público é um dos aspectos mais marcantes das mudanças da sociedade brasileira na segunda metade do século XX (GODINHO, 2004, p. 149).

A importância da família como base para constituir a rede de solidariedade, tão discutida por autores (AGIER, 1990; SARTI, 2007), mostra que, apesar dos vários arranjos e configurações que giram em torno do que é ser família, a ela cabe o papel de proteção social.

O fenômeno chefia familiar feminina, apesar de fazer parte da historiografia da família desde séculos passados, como retratam autores já mencionados neste trabalho, tem suas especificidades, sendo as estratégias de sobrevivência apenas uma delas.

Nesta pesquisa, mesmo tendo explorado outros aspectos que fazem parte do cotidiano destas mulheres, o destaque está em dar respostas para satisfazer à necessidade da alimentação dos filhos. Elas utilizam de estratégias diretas quando se submetem a salários e condições de trabalho precárias e, indiretamente, quando veem na creche comunitária o local onde os filhos podem fazer, pelo menos, duas refeições, além de permanecerem por um período que elas usam para se inserir no espaço público e trazer algum dinheiro para dentro de casa.

Cabe destacar que a maioria das entrevistadas se encontra em postos de trabalho precários ligados a serviços domésticos que não lhes conferem garantias trabalhistas e direitos sociais. São elas movidas pela necessidade de contribuir para a manutenção familiar, que se submetem a precárias condições de trabalho e ainda aglutinam tarefas tradicionais, causando uma sobrecarga para atender aos papéis que desempenham. E, mesmo quando não estão inseridas em trabalhos desta natureza, a responsabilidade em prover o sustento familiar é afetada consideravelmente, já que o Bolsa Família não costuma cobrir as necessidades mínimas da família, embora seja uma grande ajuda para essas chefias femininas.

No momento de contar com a rede de solidariedade, as entrevistadas, em sua maioria, têm a família como rede de apoio, uma vez que nem sempre encontram suporte nos ex-companheiros, pois, ao romper a relação conjugal, desfaz-se ali o seu papel de genitor diante de seus filhos, o que, de certa forma, contribui para aumentar a carga de responsabilidade destas mulheres: ser mãe-pai.

Com relação aos membros que compõem as famílias estudadas, verifica-se que nem todos os filhos das mulheres entrevistadas residem com elas, pois aqueles que já constituíram famílias deixaram de fazer parte do núcleo familiar, embora haja filhos maiores que ainda se encontram sob a dependência da mãe, uma vez que não trabalham e tampouco estudam.

No dia a dia, entre as obrigações que cumprem como responsáveis legais pela manutenção e cuidado da prole, essas mulheres procuram administrar suas atividades contando sempre com a “ajuda” de parentes e vizinhos, tida como uma das estratégias de sobrevivência.

Mesmo com tantas responsabilidades, a maioria das mulheres entrevistadas busca preservar um espaço de tempo para o lazer. Assim, vão à praia, fazem viagens, frequentam praças e bares, além de cultivarem preocupação com a aparência (manicure, maquiagem).

Pretendi construir um pouco da história contada por mulheres que, como sinalizaram duas destas, poderiam escrever um livro sobre sua trajetória de vida, já que foram vários os acontecimentos que se sucederam nesse percurso até se declararem chefes de família, mesmo quando há um outro adulto desempenhando o papel de companheiro/companheira.

As estratégias de sobrevivência advindas sejam elas de trabalhos domésticos esporádicos e informais com ganhos irrisórios, ou mesmo a inserção em Programa Federal de Renda Mínima, no caso, por exemplo, do Bolsa Família, a ajuda de familiares e instituições foram o ápice de minha pesquisa.

Fatores de ordem emocional – como a violência doméstica, cultural – baixa escolaridade, conflitos familiares – falta de controle na educação dos filhos, uso de álcool e drogas, bem como políticos, sociais e econômicos – falta de políticas públicas para melhorar as condições de vida das famílias estudadas, tais como incentivo à continuidade nos estudos, cursos para gerir renda familiar, oportunidades de avançar nos projetos de vida, políticas sociais voltadas à proteção infantil, políticas de saúde – controle de natalidade eficaz, lazer se constituíram enquanto pontos essenciais no desenvolvimento de minha pesquisa.

Entretanto, a inserção no campo de pesquisa, levou-me a particularidades intrínsecas no cotidiano das famílias estudadas e que, para mim, impactaram com a visão preconcebida do cotidiano dessas famílias. Enfim, mecanismos que não se

constituem como privilégios, mas que são direitos garantidos constitucionalmente à pessoa enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, S. Paulo, 2,(2): 35-60, 2. Sem., 1990.
- ANTONIO, K de O.; CURADO, J. Titularidade de programa social: uma possibilidade de empoderamento para a mulher. *In*: CURADO, J.; AUAD, D. (Orgs.). **Gênero e políticas públicas**: a construção de uma experiência d formação. – Campo Grande: UCDB, 2008, p.153-158.
- ARAÚJO, N de F.: Manutenção econômica ou chefia familiar feminina? Algumas definições. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004.
- BAHIA. **PIB Municipal revela maior dinâmica dos municípios agroindustriais em 2008**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2010/12/10/pib-municipal-revela-maior-dinamica-dos-municipios-agroindustriais-em-2008>>. Acesso em: 27 dez. 2010.
- BARROSO, C. "**Sozinhas ou mal acompanhadas** - a situação das mulheres chefes de família". Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). 1978.
- BEHRING, E.R; BOSCHETT, I. **Política Social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.(Biblioteca básica de serviço social; v.2).
- BERQUÓ, E. Arranjos Familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.) e SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil** – Contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. *São Paulo*: Companhia das Letras, 1998, p. 412-438.
- BILAC, D.E. Mãe certa, Pai incerto: Da Construção Social à Normatização Jurídica da paternidade e da filiação. *In*: SILVA, R.P.; AZEVEDO, J.C. (Coord.): **Direitos de família**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: LTr, 1999. p. 13-27.
- BORGES, Â. Reestruturação produtiva, família e cuidados: desafios para as políticas sociais. *In*: BORGES, Â.; CASTRO, M.G. (orgs.). **Família, gênero e gerações**: desafios para as políticas sociais. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 179-206.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de legislação).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. PNAS/2004, Brasília, 2005.

_____. Brasília, DF, 08 de dez. 1993. **Política Nacional de Assistência Social**. República Federativa do Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. PNAS. 2004. Brasília, Novembro 2004.

_____. **Decreto 6.135/2007**. MDS/SENARC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 21 nov. 2009.

_____. Lei Nº. 8.742, de 07 de dez de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social** – LOAS. Brasília, 1993.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Bolsa Família** - Planseq. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência da Assistência Social-CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília: Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72p.

BRUSCHINI, M.C.A. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

_____. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? *In*: **Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho**, 2. Águas de Lindóia, dez. 1996, 15p.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez nos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 537- 572 set/dez. 2007.

BUTTO, A. Gênero, família e trabalho. *In*: BORBA, Â.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Orgs.). **Mulher e Política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 71-84.

CAMAÇARI. **Balço Orçamentário Janeiro a Abril 2010**. Bimestre Março – Abril. Sistema de Informação da (o) Prefeitura Municipal de Camaçari. 2010.

_____. **Relatório resumido da execução orçamentária**. Balço Orçamentário janeiro a abril 2010. Bimestre Março – Abril. Sistema de Informação da (o) Prefeitura Municipal de Camaçari. 2010.

_____. **Perfil e Diagnóstico**. Camaçari 2000-2005.

CARLOTO, C.M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual. Textos e Contextos**. n. 4, ano IV, dez., 2005.

_____.; PROCÓPIO, M.R. Mulheres e manutenção das famílias pobres: uma questão de sobrevivência. *In: Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, nº1, outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2010.

CARVALHO, I.M. de; AMORIM, P.H. de. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, 17(2): 109-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2010.

_____.; PEREIRA, Gilberto Corso (Coords.): **Como Anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador; Edufba, 2006.185p.

CARVALHO, L.M.S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *In: Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. IFCS/UFRJ. vol. 6 n.1/ 1998a.

_____. Famílias chefiadas por Mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. São Paulo, n. 57. p. 75-97. Julho 1998b.

CARVALHO, M do C.B. de. Famílias e políticas públicas. *In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). Famílias, redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 267- 274.

_____. O lugar da família na política social. *In: CARVALHO, M. do C.B. de et al. (Org.). A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2006, p. 15- 22.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CASTRO, M.G. "Feminização da pobreza": um cenário neoliberal. *In*: GALEAZZI, I. (Org). **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: 1999. p. 89-96.

_____. **Mulher Pobre Chefe de Família**: outra estratégia de reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão? Vol. I. Vitória: ABEP, 1982.

_____. Mulheres Chefes de Família, Esposas e Filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). **Anais do VII Encontro de Estudos Populacionais**, Caxambu: ABEP, 1990, Vol. II, p. 304-334.

DE CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P.; **A invenção do cotidiano**. V. 2. Morar, cozinha. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

COMPLEXO INDUSTRIAL FORD NORDESTE/BA. Disponível em: <<http://www.fordparatodos.com.br/mostraTexto.asp?>>. Acesso em: 27 dez. 2010.

CORRÊA, M: Repensando a Família Patriarcal Brasileira. *In*: ARANTES, A.A. et al. **Colcha de Retalhos**: estudo sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. (Coleção Momento)

COUTINHO, M.L.R. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. p.91-104. *In*: BARROS, M.L. de (Org.) **Família e gerações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cap. 4, p. 91-104. (Família, geração & cultura).

CRENSHAW, K. University of California. Los Angeles. Documento para o encontro de especialistas em aspecto da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10, 1º sem., 2002.

DIAS, M.O.L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. ver. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DUQUE-ARRAZOLA, L.S. A mulher em programas de assistência social: o caso das mães do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil numa área rural da Zona da Mata de Pernambuco. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Orgs): **Agricultura familiar e**

gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Prefácio Andrea Butto. Recife Editora Universitária da UFPE, 2006, p.229- 243.

_____. O Sujeito Feminino nas Políticas de Assistência Social. *In:* MOTA, A.E. (Org.) **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 129-164.

_____. “O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza”. *In:* MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record - Rosa dos Tempos, 1997. p. 343-398.

ESPINHEIRA, C.G.D’A. **Sociologia da delinquência:** a iniciação do jovem. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

FARAH, M.F.S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, p. 47-71 janeiro-abril/2004.

FAVARO, C.S. **A casa delas:** perfil das mulheres chefes de domicílios na Região Metropolitana de Campinas. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG- Brasil, 29 de setembro de 2008.

_____. **Assumindo as responsabilidades:** experiências e estratégias familiares de um grupo de mulheres chefes de domicílios Monoparentais. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_12/abep2010_2265.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2011.

_____. **A família delas:** estratégias e experiências sociais de um grupo de mulheres chefes de domicílios. IFCH/UNICAMP; Anais. Disponível em: <<http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/.../GT66-Ponencia%20%5BFavaro%5D.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S.M. (org.) **Família brasileira:** a base de tudo. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998. p. 11-15.

FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia. **Cadernos de Debate:** A estrutura familiar na opressão feminina. São Paulo: Editora Brasiliense, n. 6, p. 35-78, 1980.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed., 1ª reimp., São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.

FRANCO, M.A.C. Mulher pobre e lar matrifocal na Contemporaneidade: como contextualizar esta Problemática? **Anais apresentado no 4º Encontro de Política Social- UFES**, de 29 de junho a 1º de julho de 2009.

FREYRE, G. **Casa grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

GIL, A.C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. 12. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GODINHO, T. Democracia e Política no cotidiano das mulheres brasileiras. *In*: VENTURI, G.; RECÁMAN, M.; OLIVEIRA, S. de (Orgs): **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GOLDANI, A.M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu** - de trajetórias e sentimentos – n. 1. Campinas/SP: UNICAMP, 1993, p. 67-101.

_____. **Retratos da família em tempos de crise**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., p. 303-335, 1994.

_____. **Famílias e gêneros**: uma proposta para avaliar (des)igualdades. *In*: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Caxambu, MG 2000, 20p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2010.

_____. **Família, gênero e políticas**: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2010.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L.D: Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Universidade Estadual do Ceará. **Ciência & Saúde coletiva**, 10 (2): 357-363, 2005.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 124 p. (Interpretações da História do homem; v. 2).

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=290570#>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2008 - IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em: 01 dez. 2009.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais 2009**. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1>. Acesso em: 23 mar. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – PNAD, 2007. **Número 11. Primeiras Análises: Demografia/Gênero**. Vol. 3. Out., 2008.

KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família brasileira, a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998.

KNOBEL, M. **Orientação familiar**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Revista Estudos Feminista**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, v.4, n.2, p.464- 479, 2º sem.1996.

LEÓN, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com El poder. **Revista Estudos Feministas**, Ano 8, 2º semestre, 2000.

MACÊDO, M dos S. **Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, 185p.

_____. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. *In*: BRUSCHINI, C.; PINTO, C.R. (Orgs). **Tempos e lugares de gênero**- São Paulo: FCC: ed. 34, 2001. p. 53-83. Cap. 2.

_____. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. *In*: BORGES, Â.; CASTRO, M.G (Orgs.). **Família, gênero e gerações**: desafios para as políticas sociais. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 135-177.

_____. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero**: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Resenha temática. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio - Ago. 2008.

_____. **Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina**. ABEP-ENCE/IBGE, Rio de Janeiro/RJ- Brasil, de 29 de 22 e 23 de outubro de 2009.

MARANHÃO, C.H. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. *In*: MOTA, A.E. (Org.) **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. 198. p. 15-43.

MATTOSO, K. de Q. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: CNPq/Curupio, 1988.

MENDES, M.A. **Mulheres chefes de família**: a complexidade e ambiguidade da questão. UFPE. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação brasileira de estudos populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, de 4 a 8 de novembro de 2002.

MINAYO. **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC –ABRASCO, 1998.

MIOTO, R.C.T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**. Ano XVIII, n.55 –. São Paulo: Cortez, 1997, p.114-130.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres- chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. *In: ABEP Revista Brasileira de Estudos de População*, v.23, n. 2, jul/dez. 2006.

NAIFF, L.A.M. et al. **Criar, Cuidar, Proteger, Manter, Amar: a família atual e seus desafios no contexto da pobreza**. Disponível: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. *In: KALOUSTIAN, S.M. (org.) Família brasileira: a base de tudo*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998, p. 26-46.

NEVES, D.P. Nesse terreiro galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. **Anuário Antropológico**. Fortaleza, UFCE/Tempo Brasileiro, n.83, p.199-221, 1985.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão / UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

NOVELLINO, Maria Salete F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, Realizado em Caxambu -MG – Brasil, de 20/24 de setembro de 2004. 12p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2010.

OLIVEIRA, G.C. de. **Mulheres Chefes de Família- estratégias de ação**. Apresentado no Pré- Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto- MG pela CNPD,FNUAP e ABEP, 2002.

OLIVEIRA, M.C.F. de. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. NEPO/UNICAMP. **Anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais**, Brasília/DF, 1992, v.2, p. 144-156.

OLIVEIRA, Z.L.C. de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? *In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304p.

_____. **A provisão da família e a pobreza:** o caso de Belo Horizonte. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/ZuleicaOliveira.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.

PANTOJA, A.L.N. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). *In*: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. (Orgs.). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: ed. 34, 2001, p.120-141.

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Código Urbanístico e Ambiental do Município de Camaçari. **Diário Oficial**. Prefeitura Municipal de Camaçari - ano v - Caderno Especial - dom – n. 272 - de 13 a 19 de setembro de 2008.

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 3. ed. Brasília, 2008. Disponível em:
<www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2009.

POCHMANN, M.; AMORIN, R. et al (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, R.M. et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. *In*: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) **Família brasileira: a base de tudo**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1998. p. 135-158.

RODRIGUES, M.T. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família. *In*: BOSCHETTI, I. et al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 220-241.

ROSA, E.T.S. A centralidade da família na política de Assistência Social. *In*: ROSA, E.T.S. A centralidade da família na política de assistência social. *In*: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1. 2006.

PROCEEDINGS ONLINE... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Available from:
<[HTTP://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=si_arttext&pid=MSC000000092006000100011&1ng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=si_arttext&pid=MSC000000092006000100011&1ng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 05 Jan. 2009.

SAFFIOT, H.B.: Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. *In*: VENTURI, G. RECÁMAN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs): **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** número 1-2, julho/dezembro 2002. p. 1-6. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html. Acesso em 25/01/2011>. Acesso em: Acesso em: 05 Jan. 2009.

SAMARA, E. de M. **A família brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1998, (Coleção tudo é história).

_____. Família, Gênero e Mudanças Econômicas no Brasil (1836-1996) *In*: SILVA, R.P. ; AZEVEDO, J.C. (Coord.): **Direitos de família: uma abordagem interdisciplinar.** São Paulo: LTr, 1999.

_____. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, vol. 13, n. 2, São Paulo, 2002.

_____. **Família, mulheres e povoamento:** São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção História).

SARTI, Cynthia Andersen. Família e individualidade: um problema moderno. *In*: CARVALHO, M. do C.B. de (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC-Cortez, 2006.

_____. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Famílias Enredadas. *In*. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, M.A.F. (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 249-264.

SCOTT, R. Parry. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. *In*: **Pré-evento mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas.** Ouro Preto, MG: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002.

SINGLY, F. de **Sociologia da família contemporânea.** Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 2008p – (Família, geração & cultura).

SITCOVSKY, M. As Particularidades da Expansão da Assistência Social no Brasil. *In*: MOTA, A.E. (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. p. 129-164.

SOARES, L.T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOTT, R.P. **Mulheres Chefes de Família**: abordagens e temas para as políticas públicas. Apresentado no Pré- Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidades e políticas, realizado em 02 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD e FNUAP e ABEP. 2002.

SOUZA, V.C.; BOTELHO, R.T. **Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro**. Estudos Feministas, Ano 9. 2º Semestre 2001.

TAVARES, M.S. **Com açúcar e com afeto**: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju- SE. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p.121-145.

TELES, V. da S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: ed. 34, 2000. jan./mar. 2010.

VITALE, M.A.F.: Famílias monoparentais: indagações. **Revista Quadrimestral de Serviço Social e Sociedade**, Ano XXIII- n.71 Cortez – setembro, 2002.

WOORTANN, K.; WOORTANN, E.F. Monoparentalidade e Chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. Pré-evento **Mulheres Chefes de Família**: Crescimento Diversidade e Políticas. Ouro Preto: ABEP, 2002.

ANEXO A: Roteiro da entrevista semiestruturada

Nome
Idade
Cor/raça
Escolaridade Série
Naturalidade
Tempo de moradia no município
Número de filhos/ idades/ escolaridade
Recebe benefícios sociais - programas sociais
Trabalho/ tipo/ renda
Ouros auxílios/ valor
Casa/ condições
O que levou à chefia feminina de domicílio
Relacionamentos conjugais/ quantos
Sentimento de ser responsável principal de uma família/ despesas
Organização do tempo diário
Estratégias de sobrevivência que utiliza no cotidiano
Como driblam e aprendem a jogar na vida sociofamiliar
Visão de família e trabalho

ANEXO B: Dados da Entrevista Semiestruturada

NOME	IDADE	COR	ESCOLARIDADE	NATURALIDADE	FILHOS	IDADE FILHOS	OCUPAÇÃO	RENDA
I.S.L. Neide Sofia	34	parda	8ª série	R. Jacuípe	3	12,10,02	Doméstica	350+134
O.F.L.Glória	43	parda	2ª série Fund.	Salvador	10	04,04,07,08,09,24	pensionista	510+134
G. Sônia	33	morena	analfabeta	Fátima-Ba	5	15,14,12,09,08	diarista	85+165
V.J.da S.Betânia	37	parda	4ª série Fund.	Andaraí	6	5,02	do lar	120+134
C. Joalice	38	parda	8ª série	São Paulo	2	7,19	doméstica	510+134
L.B. Beatriz	36	branca	6ª série	Mairi-Ba	7	20,12,10,06,02	diarista	120+50+165
M.A.C.D Tânia	35	negra	7ª série	Londrina-Pr	5	18,15,14,10,02	manicure	1200+250
M.da S.C. Josefa	32	negra	5ª série	Salvador-ba	3	14,13,05	diarista	134
V. S.de O. Marta	45	parda	5ª série	Salvador-Ba	7	15,14,12,11,10,08,07	diarista	134
M.F.L. Fátima	45	parda	analfabeta	Lauro de Freitas	7	09,08,06,05	diarista	200+134